



Instituto Politécnico de Coimbra
Instituto Superior de Contabilidade
e Administração de Coimbra

Miguel Ângelo Gonçalves Ferreira dos Santos

Relatório Integrado: um fator de aumento da *performance* na informação
empresarial?

Relatório Integrado: um fator de aumento da *performance* na informação empresarial?

Miguel Santos

ISCAC | 2017

Coimbra, outubro de 2017



Instituto Politécnico de Coimbra
Instituto Superior de Contabilidade
e Administração de Coimbra

Miguel Ângelo Gonçalves Ferreira dos Santos

Relatório Integrado: um fator de aumento da *performance* na informação empresarial?

Trabalho de projeto submetido ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão Empresarial, realizado sob a orientação da Professora Doutora Fernanda Cristina Pedrosa Alberto.

Coimbra, outubro de 2017

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaro ser o autor desta dissertação, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido a outra Instituição de ensino superior para obtenção de um grau acadêmico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas e que tenho consciência de que o plágio constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação do presente trabalho de Projeto.

PENSAMENTO

“As entidades não devem ser multiplicadas além do necessário, a natureza é por si económica e não se multiplica em vão.”

Guilherme de Ockham.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais e à minha avó paterna.

AGRADECIMENTOS

Na concretização desta etapa da vida acadêmica não posso deixar de agradecer a todos que participaram e tiveram um papel verdadeiramente importante na sua consecução.

Primeiro à minha orientadora, Doutora Fernanda Cristina Pedrosa Alberto, pelo acompanhamento, apoio e motivação concedidos, bem como o seu grande desprendimento em ajudar e a sua amizade sincera.

Aos amigos mais próximos agradeço a compreensão pelas ausências e o interesse manifestado ao longo do caminho percorrido, pela ajuda com o fornecimento de material para realização deste trabalho de Projeto.

Ao meu melhor amigo, Mário Alegria pelo seu apoio, motivação, conselhos e sinceridade.

Aos meus pais, pelo apoio incondicional, motivação permanente mesmo nos momentos mais difíceis.

RESUMO

O relatório integrado consiste em uma abordagem inovadora dos relatórios empresariais tendo como objetivo integrar significativamente a informação financeira e não financeira e demonstrar como ambas estão interligadas. Ao fazê-lo, espera-se que o relatório integrado conduza ao pensamento integrado e à melhoria na tomada de decisão, refletindo-se sobre como a organização impacta e é afetada pelo contexto económico, social e ambiental na qual opera.

Central a isto está a proposição que o aumento do valor é moldado pelos fatores relacionados com a *performance* financeira, como por exemplo depender do ambiente, social, reputação, capital humano, capacidade e outros. Este conceito de criação de valor é o pilar do relatório integrado e acredita-se que este novo relatório é a direção correta para o futuro dos relatórios empresariais. Adicionalmente ao capital financeiro, o relatório integrado explora cinco capitais que devem guiar a tomada decisão de uma organização e o sucesso a longo prazo – é a criação de valor no sentido mais puro.

O relatório integrado beneficia um grande leque de *stakeholders*, principalmente os investidores de longo prazo. O relatório integrado parte da ideia que qualquer criação de valor que tenha resultado de uma estratégia sustentável – independentemente de se tornar um ativo tangível ou intangível – irá traduzir-se, pelo menos parcialmente, na *performance* da organização. Logo o valor de mercado irá ser afetado.

O presente trabalho é de natureza exploratória e tem como objetivo analisar a relação entre o relatório integrado e o aumento da *performance* da informação empresarial. A análise realizada mostra que o relatório integrado é influenciado por diferentes fatores, como sejam, o volume de vendas, número de empregados e setor. Os resultados permitem concluir que o relatório integrado se traduz em um aumento da *performance* da informação empresarial.

Palavras-chave: GRI, IIRC, Relato empresarial, Relatório integrado, Sustentabilidade.

ABSTRACT

Integrated reporting is an approach to corporate reporting that seeks to integrate significant financial and non-financial information and demonstrate how they are connected to each other. By doing so, integrated reporting is expected to lead to integrated thinking and decision-making, reflecting how an organization impacts and is impacted by the economic, social and environmental context in which it operates.

Central to this is the proposition, that value is increasingly shaped by factors related to financial performance, such as reliance on the environment, social reputation, human capital skills and others. This value creation concept is the backbone of integrated reporting and, it's believed, this new report is the right direction for the future of corporate reporting. In addition to financial capital, integrated reporting examines five additional capitals that should guide an organization's decision-making and long-term success — it's value creation in the broadest sense.

While integrated reports benefit a broad range of stakeholders, they're principally aimed at long-term investors. Integrated reporting starts from the position that any value created as a result of a sustainable strategy — regardless of whether it becomes a tangible or intangible asset — will translate, at least partially, in the organization performances. Market value will therefore be impacted.

The research is exploratory in nature and investigates the relation between integrated report and the increase of the information and it is performance, in a corporate environment. After the research has been analysed it's apparent that integrated report was influenced by different factors, such as: revenues, number of employees, sector and others. The results concluded that integrated report translate in an increase of the information and it is performance, in a corporate environment.

Keywords: Corporate Reporting, GRI, IIRC, Integrated Reporting, Sustainability.

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	12
1 Parte I - Revisão da literatura	14
1.1 A gênese do relatório e discursos emergentes	14
1.2 O relatório integrado na África do Sul.....	22
1.3 O desenvolvimento da framework do relatório integrado	24
1.3.1 O relatório integrado e o pensamento integrado.....	25
1.3.2 O relatório integrado e a <IR> Framework	27
1.3.2.1 Conceitos subjacentes na Framework	27
1.3.2.2 Princípios orientadores	30
1.3.2.2.1 Foco na estratégia e orientação futura.....	31
1.3.2.2.2 Conectividade da informação.....	31
1.3.2.2.3 Relacionamento com os stakeholders	33
1.3.2.2.4 Materialidade.....	34
1.3.2.2.5 Concisão	35
1.3.2.2.6 Confiabilidade e completude.....	35
1.3.2.2.7 Consistência e comparabilidade.....	36
1.3.2.3 Elementos de conteúdo.....	37
1.3.2.4 Críticas ao <IR> Framework.....	39
1.4 Relatório integrado no contexto empresarial	41
1.4.1 Relatório financeiro	42
1.4.2 Relatório de sustentabilidade	44
1.4.3 A função do relatório integrado	46
1.4.4 Garantias do relatório integrado	48
1.5 Relatório integrado e a performance.....	51

1.5.1	A dimensão do relatório integrado.....	51
1.5.2	O relatório integrado e o aumento da qualidade da informação	53
2	Parte II – Investigação empírica	54
2.1	Metodologia de investigação	54
2.2	População e amostra	56
2.3	Análise descritiva da amostra	57
2.4	Resultados e discussão.....	61
	CONCLUSÃO.....	67
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	70

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1. Tamanho das organizações que publicam IR.....	19
Figura 1.2. Localização das organizações que publicam IR.....	19
Figura 1.3. Top 10 dos países que publicam IR.....	20
Figura 1.4. Top 10 setores que publicam IR.....	20
Figura 1.5. Tendência na publicação dos IR.....	21
Figura 1.6. Estrutura dos IR.....	21
Figura 1.7. Relação simbiótica entre o pensamento integrado e relatório integrado.....	26
Figura 1.8. O processo de criação de valor.....	29
Figura 1.9. Terminologia usada nos relatórios.....	45
Figura 2.1. Composição dos relatórios publicados.....	58
Figura 2.2. Tipos de relatórios publicados.....	58
Figura 2.3. Distribuição das empresas por países.....	59
Figura 2.4. Distribuição das empresas por setores.....	60
Figura 2.5. Distribuição, por setores, das empresas com relatório integrado.....	60
Figura 2.6. Distribuição, por país, das empresas com relatório integrado.....	61
Figura 2.7. Evolução do relatório integrado ao longo de 2013 a 2016.....	62
Figura 2.8. Relação entre o volume de negócios e relatório integrado no período	62
Figura 2.9. Volume de páginas dos relatórios tradicionais e integrados.....	63
Figura 2.10. Volume de páginas dos relatórios tradicionais e integrados para as empresas que publicaram IR.....	64

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1.1. Elementos de conteúdo do <IR> <i>Framework</i>	37
Tabela 1.2. Características principais de cada relatório.....	48
Tabela 2.1. Relatórios publicados por ano.....	57
Tabela 2.2. Diferença entre o volume de páginas do relatório tradicional e o relatório integrado, das empresas que publicaram IR, em 2015 e 2016.....	65

Lista de abreviaturas, acrónimos e siglas

A4S - *Prince's Accounting for Sustainability Project*

CEO - *Chief Executive Officer*

CDP – *The Carbon Disclosure Project*

EFFAS - *European Federation of Financial Analyst Societies*

ESG - *Environmental, Social and Governance*

EUA - *Estados Unidos da América*

GRI - *The Global Reporting Initiative*

IASB - *International Accounting Standards Board*

IoDSA - *Institute of Director in Southern Africa*

IIRC - *International Integrated Reporting Council*

IR - *Integrated Reporting*

IRC - *Integrated Reporting Committee of South Africa*

KPI's - *Key Performance Indicators*

MNE - *Multinational Enterprises*

SARA - *Superfound Amendments and Reauthorization Act*

SEC - *Securities and Exchange Commission*

SGPS - *Sociedades Gestoras de Participações Sociais*

SME - *Small and medium-sized enterprises*

SNC - *Sistema de Normalização Contabilística*

OCDE – *Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico*

ONG - *Organizações Não Governamentais*

WWF - *World Wildlife Found*

INTRODUÇÃO

O tema escolhido para a realização deste trabalho de projecto foi o relatório integrado. De entre os vários temas que poderiam ter sido escolhidos, este foi aquele que mais motivou o mestrando, e que se mostrava de especial pertinência e oportunidade, pelo seu carácter recente tanto em contexto académico como empresarial. Este relatório é cada vez mais utilizado internacionalmente, como se irá evidenciar no desenvolvimento deste trabalho. Infelizmente é um tema ainda pouco posto em prática em Portugal, não se tendo encontrado na pesquisa realizada nenhuma empresa que tenha passado a apresentar este relatório de forma continuada nem o tenha feito recentemente. Estas foram as principais razões que levaram o mestrando a desenvolver este tema, tendo como um dos objetivos dar a conhecer este relatório à comunidade escolar e empresarial.

Segundo o *International Integrated Reporting Council (IIRC)* (2011b: 4) “O mundo mudou – as práticas dos relatórios têm de mudar também”, apelando com esta afirmação à criação de uma nova abordagem para os relatórios empresariais. Com esta nova abordagem espera-se uma melhoria do relato empresarial e do pensamento empresarial, de forma a refletir a multidimensionalidade e conectividade do mundo global.

O relatório integrado surge com uma solução para os problemas que os relatórios tradicionais não conseguem resolver: a falta de interligação entre os diferentes relatórios; responder às necessidades dos *stakeholders*; distinguir de uma forma mais precisa a informação relevante e a não relevante, tornando assim o relatório mais compacto; dar uma visão macro e mais exata da organização, entre outros aspetos.

Neste contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar se a utilização do relatório integrado pode constituir um fator de aumento da *performance* da informação empresarial, onde esta cumpra *de facto* os objetivos de suporte à tomada de decisão pelos *stakeholders*.

O corpo deste trabalho está estruturado em duas partes, sendo a primeira parte dedicada à revisão da literatura e na segunda parte descreve-se o estudo empírico. A parte I é constituída por cinco capítulos. O primeiro aborda a génese do relatório integrado e discursos emergentes. No segundo analisa-se o processo de desenvolvimento do relatório integrado na África do Sul, país que foi pioneiro nesta matéria e, no terceiro, analisa-se o trabalho do IIRC conducente à atual *Framework* do relatório integrado, explicando-se em que consiste os princípios e os elementos deste modelo de relato. No quarto capítulo

abordam-se os principais tipos de relatórios empresariais, nomeadamente o relatório financeiro e de sustentabilidade, estabelecendo um paralelismo com o relatório integrado. Por fim, no quinto capítulo, apresentam-se os resultados dos estudos empíricos que se encontraram, que relacionam o relatório integrado com a performance na informação financeira.

A segunda parte é constituída por quatro capítulos, justificando-se primeiramente o surgimento da investigação. A seguir descreve-se a metodologia de investigação adotada. O capítulo seguinte contém a análise descritiva da amostra e, no último, enunciam-se os resultados e sua discussão.

Finaliza-se o trabalho com a sistematização das principais conclusões, incluindo reflexões do mestrando, limitações e possíveis estudos futuros, e referências bibliográficas.

1 Parte I - Revisão da literatura

A primeira parte deste trabalho, destinada à revisão da literatura, tem como propósito realçar os desenvolvimentos históricos que são importantes para compreender o debate atual sobre o relatório integrado, proporcionando as bases para uma discussão mais aprofundada sobre o relatório integrado.

Primeiro irá ser abordada a gênese do relatório e discursos emergentes e consecutivamente a criação do <IR> *Framework*, bem como os princípios, regras, características, e perguntas que surgiram após a criação deste novo modelo de relato empresarial. Explica-se ainda o que é o pensamento integrado e a sua relação com o relatório integrado. Irá ser dado a conhecer os relatórios tradicionais, como é o caso do relatório financeiro, relatório de sustentabilidade e um menos usado, mas importante, que são os “comentários da gestão”. Seguidamente será abordada a *The Global Reporting Initiative* (GRI) e a sua influência no relatório integrado e, por último, efetua-se a revisão da literatura identificada que relaciona o uso do relatório integrado com a performance na informação financeira. A parte I deste trabalho permitirá uma melhor compreensão da análise que se irá apresentar na parte II.

1.1 A gênese do relatório e discursos emergentes

Muito se tem falado sobre o novo modelo de relato empresarial, o relatório integrado, com a discussão sobre o tema a intensificar-se a nível internacional, muito devido ao fortíssimo trabalho executado pelo IIRC. De acordo com a organização, em 2015, mais de 1000 empresas estavam a usar o relatório integrado e, em simultâneo, os reguladores e organizações internacionais mostravam cada vez mais interesse neste relatório (IIRC, 2017b). O IIRC afirmou que a fase entre 2014 e 2017 foi o período de arranque a nível internacional para o relatório integrado, o que significa que cada vez mais empresas pelo mundo inteiro estão a adotar este novo modelo (IIRC, 2014b).

O surgimento do relatório integrado deu-se no início do ano de 2000, com empresas pioneiras que queriam experimentar métodos inovadores ao nível da *performance*, apresentando relatórios financeiros e não financeiros de uma forma integrada. Em uma fase inicial, as primeiras empresas publicaram o que se pode considerar o embrião do relatório integrado, ao juntar toda a informação em um único documento, contudo sem regras ou modelos definidos. Entre as empresas a elaborar este novo relatório, encontram-se algumas empresas dinamarquesas do setor farmacêutico, como a Novozymes e a Novo

Nordisk, as quais começaram por elaborar o relatório financeiro e não financeiro em único documento, em 2002 e 2004, respetivamente. Ao mesmo tempo, empresas como a brasileira de cosmética Natura ou a alemã do setor químico BASF começaram a produzir o seu primeiro relatório integrado em 2002 e 2004, respetivamente (Eccles & Krzus, 2015; White, 2005).

Relativamente ao relatório elaborado pela Novozymes, relativamente ao período de 2002, Eccles e Krzus (2015) dão ênfase a um comentário muito interessante de Steen Riisgaard, que era o presidente e *Chief Executive Officer* (CEO) da empresa, nessa data. A introdução usada por Riisgaard toca em aspetos muito importantes sobre o relatório, que continuam a ser relevantes atualmente: “Este ano e nos anos futuros, a Novozymes publica um relatório combinado com informação na área que nós acreditamos ser a mais importante para a maioria dos *stakeholders*. Este relatório é um relatório que combina a parte financeira, ambiental e social da empresa [...]. A nossa decisão de agregar todas estas áreas em um relatório é uma consequência natural do negócio e da sustentabilidade estar cada vez mais a irem na mesma direção, e de vários *stakeholders* pedirem uma imagem mais ampla do negócio. Nós decidimos continuar com o relatório impresso relativamente reduzido e publicar mais informação [...] na *internet*.” (Riisgaard, 2003: 5).

Eccles e Krzus (2015) usaram os termos *combined* (combinado) e *integrated* (integrado) para descrever este relatório. A partir do uso destes termos pelos autores, percebe-se que existem algumas dúvidas sobre o que é um relatório integrado e um relatório combinado, bem como a sua diferença. Apesar de existirem debates sobre esta questão, a diferença é mais notável na conectividade entre os assuntos financeiros e ambientais, sociais e a *governance*. Um relatório combinado apresenta os aspetos financeiros e os aspectos ambientais, sociais e de governo da empresa - *Environmental, Social and Governance* (ESG), lado a lado. Enquanto que o relatório integrado mostra as interligações e dependências entre eles (Eccles & Krzus, 2015; Solstice, 2005).

Riisgaard ainda mencionou o aumento da importância da sustentabilidade para o negócio, bem como, as necessidades dos *stakeholders* de terem uma visão da organização, como um *driver* (impulso) por detrás da elaboração do relatório. O aparecimento do IIRC teve como um dos seus principais *drivers* a necessidade de uma melhor informação financeira e não financeira (Eccles & Krzus, 2015; IIRC, 2011b).

Para finalizar, Riisgaard refere que a *internet* é uma fonte para obter grande quantidade de informação, enquanto que o relatório é descrito como algo “condensado”. Na opinião de Flower (2014), o relatório pretende ser um documento conciso, que apenas contenha a informação relevante, pois a outra informação pode ser encontrada em outros sítios. Depois disto ergue-se uma importante questão: que informação deve ou não entrar no relatório integrado? Esta questão será abordada posteriormente neste trabalho, no âmbito do tema da materialidade.

Em 2004 foi realizado um estudo, a uma amostra constituída por 50 empresas internacionais, com o objetivo de analisar a informação dos relatórios financeiros e não financeiros. Este estudo, *The Global Reporters 2004 – Survey of Corporate Sustainability Reporting* elaborado por SustainAbility, UNEP e Standard & Poor’s (2004), concluiu que está a emergir um leque de debates sobre a informação não financeira e que, à data, a informação prestada não estava a satisfazer as necessidades de todos os *stakeholders*. Afirma ainda estar a emergir uma nova tendência, caracterizada pela convergência entre informação financeira e não financeira (SustainAbility et al., 2004: 4). A esta convergência, o estudo atribuiu-lhe a analogia do “*monstro de Frankenstein*”, porque a combinação do relatório anual e do relatório de sustentabilidade surgiu, em muitos casos, de forma desordenada. Isto criou outros problemas e a necessidade de procurar outras soluções. Esses relatórios davam, por um lado, mais informação aos *shareholders* e investidores, com uma informação mais abrangente e de melhor qualidade e, por outro, devido ao facto de terem um número de páginas limitado, prejudicou-se a informação para os outros *stakeholders*, que viram a sua informação reduzida em detrimento dos *shareholders* e investidores (SustainAbility et al., 2004).

Apenas em 2005 é que surgiu um estudo aprofundado sobre o relatório integrado realizada por Susan Todd da *Solstice Sustainability Works Inc* a pedido do banco Vancity, de Vancouver, BC, Canada. O Vancity Bank pediu este estudo para melhor entender todos os aspetos a considerar à volta do relatório integrado e quais as implicações que podem surgir para as organizações que o adotem. Assim, a referida autora efetuou um estudo baseado em entrevistas, realizadas a um total de 14 peritos no assunto, e analisou 12 relatórios que na altura preenchiam os requisitos do IIRC, para serem considerados relatórios integrados. Os pontos chaves das conclusões deste estudo são:

- Ter atenção à ligação entre um relatório integrado e um de sustentabilidade - os autores tem algumas preocupações sobre a junção destes dois relatórios

por poder gerar um relatório demasiado extenso; por este motivo, os autores afirmam que a informação relativa à sustentabilidade pode ser reduzida, por causa dos limites de espaço no relatório e começarem a focar-se maioritariamente na parte financeira.

- Aumento da consistência da mensagem - as empresas que produzem relatórios diferentes para diferentes *stakeholders*, sujeitam-se a riscos reputacionais, no caso da Novo Norkdisk decidiram efetuar o relatório integrado o que lhes permitiu dar uma informação coerente e consistente.

Os autores afirmam que as empresas que queiram adotar o relatório integrado irão ter vários desafios conceptuais e práticos, e irão questionar-se se vale a pena fazê-lo. O relatório integrado parece estar a ser impulsionado pela sua própria lógica irresistível e benefícios internos que proporciona. Para finalizar os autores dizem que as empresas que já elaboravam o relatório sustentabilidade, adotam o relatório integrado porque lhes faz sentido e é a melhor maneira para refletir a abordagem da gestão da empresa (Solstice, 2005).

Eccles e Krzus (2010: 148-155) enumeram quatro benefícios que podem ser esperados do relatório integrado:

- Uma clareza sobre relacionamentos e compromissos;
- Melhores decisões;
- Interação mais profunda com todos os *stakeholders*;
- Baixo risco reputacional.

Relativamente ao primeiro benefício, os autores afirmam que o relatório integrado encoraja as empresas a identificar os seus principais aspetos ambientais, sociais e de governança e a serem explícitas sobre a relação entre estes aspetos e a *performance* financeira (Eccles & Krzus, 2010). Profundamente ligada a estes benefícios está a tomada decisão, o segundo benefício. No processo de encontrar as relações mencionadas acima, melhores medidas e métodos podem melhorar substancialmente a informação disponível, que por sua vez leva a uma melhor decisão.

Quanto ao terceiro benefício, uma interação mais profunda com todos os *stakeholders*, as empresas perceberam os benefícios de melhores decisões de altos níveis de colaboração interna, logo também irão querer replicar esses mesmos benefícios com a colaboração externa. Em 2008, a KPMG fez um estudo em que conclui que “perceber as

principais expectativas dos *stakeholders*” era a mais importante razão para o relacionamento com os *stakeholders* (59% respondeu afirmativamente). Eccles e Krzus (2010) afirmam que o relatório integrado elimina a barreira informacional que existe entre os *shareholders* e *stakeholders*. A fórmula correta é apenas um tipo de *stakeholders*, todos eles têm interesses convergentes e competitivos em vários graus. Com isto os autores reafirmam que não faz sentido fazer-se relatórios diferentes para *stakeholders* diferentes, visto que ambos os relatórios em separado têm lacunas e falta de informação para cada destinatário, como ocorre por exemplo no relatório para os *shareholders* em que normalmente é omitida a parte não financeira (Eccles & Krzus, 2010).

O quarto benefício é o baixo risco reputacional. Este risco é um dos mais difíceis de gerir. Um estudo realizado pela *The Economist Intelligence Unit* (2005) junto de 269 executivos de risco séniores concluíram que, para a gestão, os riscos reputacionais encontram-se em primeiro lugar na tomada de decisão, pois os gestores defendem que a reputação é a base para existir uma confiança sólida entre a organização e os seus *stakeholders*. Segundo o referido estudo, as principais razões para a dificuldade de gerir o risco de reputação são a falta de ferramentas e de técnicas; a não identificação da pessoa com responsabilidade pelo problema; e a pobre coordenação entre administração, gestão do risco e comunicação com os *stakeholders* externos. A chave para diminuir este risco é a comunicação entre todas as partes interessadas (Eccles & Krzus, 2010).

A GRI fez um estudo sobre o relatório integrado, a partir da análise de 756 relatórios estão disponíveis na sua base dados e observou que, em 2010, 14% dos seus relatórios estavam registados como relatórios integrados. Em 2011, houve um aumento de 6%, passando para um total de 20%. Devido ao constante aumento dos relatórios integrados, em 2013, a GRI decidiu fazer um estudo mais avançado para analisar como é que o relatório integrado se estava a desenvolver e propagar pelo mundo.

Foram extraídos da base de dados apenas os relatórios que se auto intitulavam relatórios integrados, do período entre 2010 e 2012. Tiveram uma amostra de 756 relatórios, sendo 202, 323 e 231 dos anos 2010, 2011 e 2012, respetivamente. Os 756 relatórios foram recolhidos de 51 países e publicados por 519 organizações de 37 setores diferentes. Dos 756, 519 fazem parte do programa piloto do IIRC, 47% dos relatórios foram auditados por terceiros e garantida a qualidade e confiabilidade da informação (GRI, 2013c).

As principais conclusões extraídas foram as seguintes:

- Empresas privadas de grande dimensão são as que mais contribuem para o aumento dos relatórios integrados ano após ano, conforme se ilustra na figura 1.1.

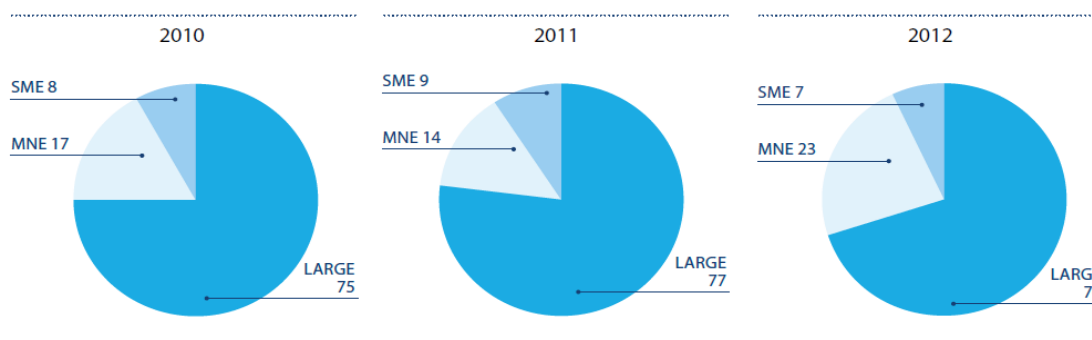


Figura 1.1. Tamanho das organizações que publicam IR.

Fonte: GRI – The sustainability content of integrated reports – a survey of pioneers (2013c). MNE - Multinational enterprises; SME - Small and medium-sized enterprises.

- Os países que lideram na publicação do IR são África do Sul, Holanda, Brasil, Austrália e Finlândia, com destaque para o continente europeu (veja-se as figuras 1.2 e 1.3).

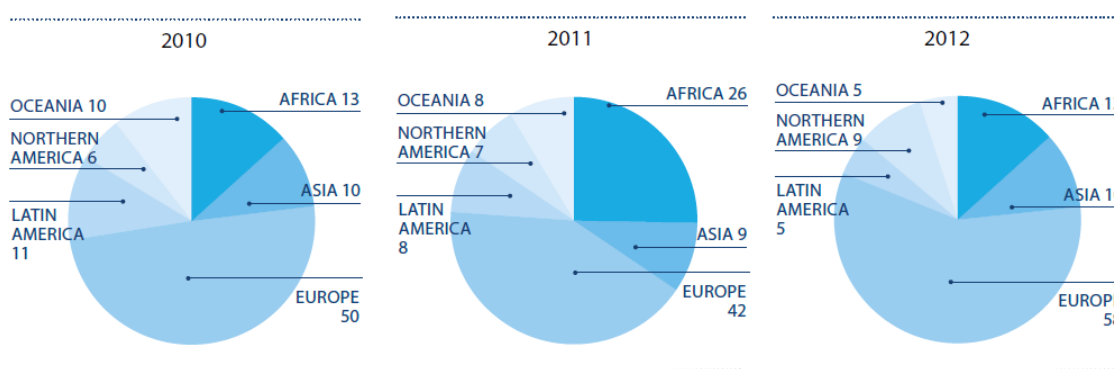


Figura 1.2. Localização das organizações que publicam IR.

Fonte: GRI – The sustainability content of integrated reports – a survey of pioneers (2013c).

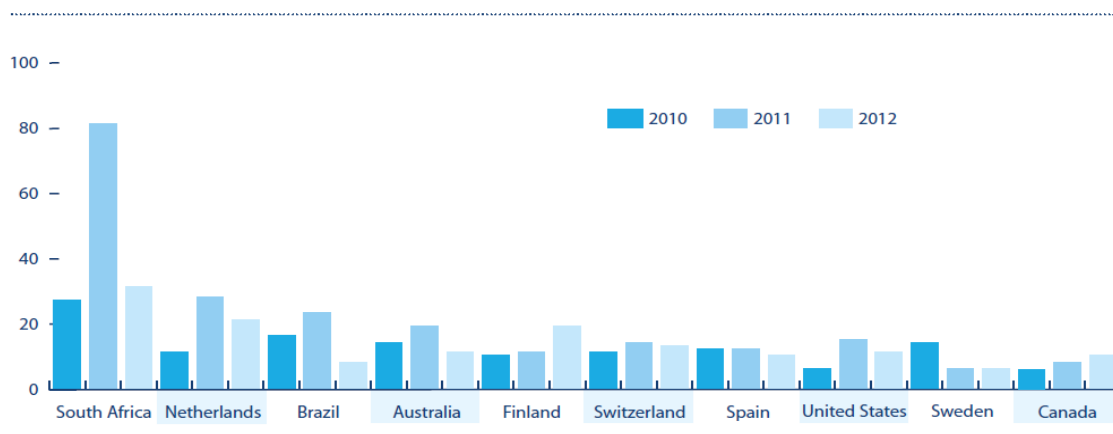


Figura 1.3. Top 10 dos países que publicam IR.

Fonte: GRI – The sustainability content of integrated reports – a survey of pioneers (2013c).

- Globalmente, o setor financeiro representa a maior fatia dos relatórios integrados, seguido pelo setor da distribuição das energias, setor da energia e setor mineiro (veja-se a figura 1.4).

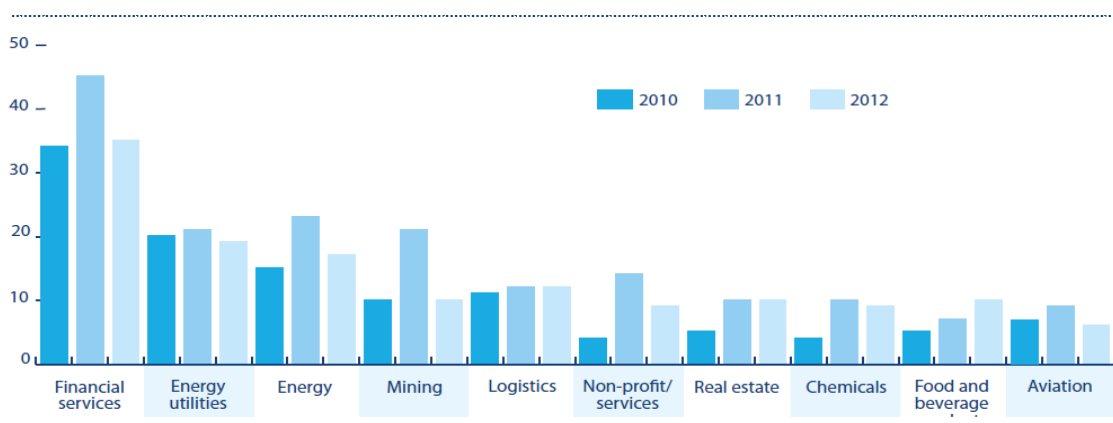


Figura 1.4. Top 10 setores que publicam IR.

Fonte: GRI – The sustainability content of integrated reports – a survey of pioneers (2013c).

- Um terço de todos os relatórios integrados claramente incluem informação sustentável e financeira juntas e esta proporção está a aumentar ano após ano (veja-se a figura 1.5).

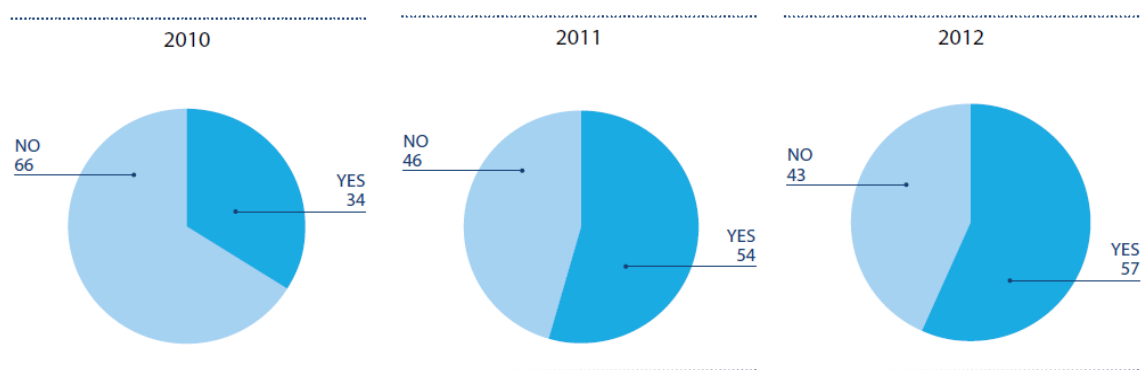


Figura 1.5. Tendência na publicação dos IR.

Fonte: GRI – *The sustainability content of integrated reports – a survey of pioneers (2013c)*.

- Cerca de metade das organizações que fizeram relatório integrado são duas publicações separadas – um relatório anual e relatório de sustentabilidade, publicadas em conjunto em um relatório, com uma conexão mínima (veja-se a figura 1.6).

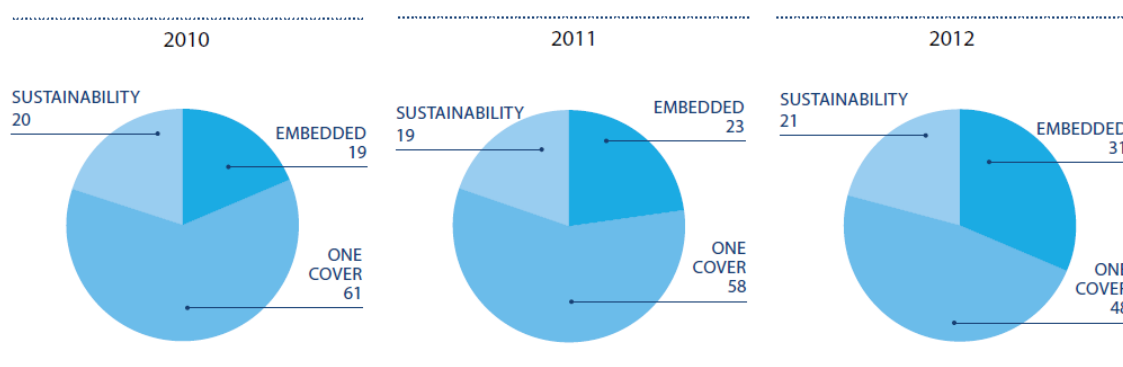


Figura 1.6. Estrutura dos IR.

Fonte: GRI – *The sustainability content of integrated reports – a survey of pioneers (2013c)*.

A partir do estudo pode-se comparar a presença crescente do relatório integrado e sua influência ao nível mundial e em cada setor. Este estudo irá servir como ponto de partida para a entrada na parte prática deste trabalho. Onde será analisado como é que o relatório integrado afeta a *performance* da informação empresarial.

Um estudo sobre o relatório integrado não poderia passar ao lado do país que mais contribuiu para a sua disseminação e desenvolvimento, a África do Sul. Por este motivo ir-se-á abordar seguidamente os principais contributos que este país deu para o desenvolvimento do relatório integrado.

1.2 O relatório integrado na África do Sul

A África do Sul é um país que teve muito problemas, um dos mais conhecidos foi o *Apartheid*, onde as pessoas de raça branca controlavam a maioria dos recursos, como empresas, ouro, petróleo, entre outros. Isto levou a uma revolução no país, onde Nelson Mandela teve um papel importante. Após a queda do regime, mais más notícias surgiram, como foram a queda do valor do ouro, um dos principais minerais que a África do Sul exportava, problemas com o controlo das empresas, muita corrupção e queda do investimento estrangeiro do qual o país dependia em grande parte. Para piorar a situação, as empresas do país escondiam informação vital aos auditores com a justificação de “interesse nacional”, com a proteção legal da *Companies Act 1973* e para juntar a isto uma conjuntura política muito frágil no ano de 1990.

Para resolver este problema, o *Institute of Director in Southern Africa* (IoDSA) resolveu reinterpretar as práticas de negócio para preparar a economia da África do Sul à exposição dos mercados internacionais. Para isso criou o *King Committee*, em 1992, que teve um forte contributo do advogado e juiz do supremo tribunal, Mervyn King.

Publicado em 1994, o primeiro Código King com os princípios de *corporate governance* (King I) foi para lá dos padrões normais da altura, esses mesmos padrões baseados no relatório Cadbury¹ publicado em 1992, que defendia a transparência total. O Código King I tinha como principais aspetos: quem devia estar na administração; o papel dos diretores não executivos; e os requisitos das pessoas que deviam ocupar certos lugares da organização. Uma das lacunas deste Código é que não fazia referência ao relatório de sustentabilidade (Eccles & Krzus, 2015).

Em 2002, foi publicada uma revisão do Código, surgindo o King II, após falhas muito graves terem acontecido relacionadas com o *corporate governance*, no Reino Unido e Estados Unidos da América (EUA). O Código King II incluía uma secção em gestão de risco, o papel da administração, sustentabilidade, e a sugestão que as empresas criassem um quadro interno de auditoria. As empresas interpretavam “sustentabilidade” como

¹ O relatório Cadbury, designado por “Aspetos financeiros da *governance* empresarial”, foi elaborado no Reino Unido pelo “*The Committee on the Financial Aspects of Corporate Governance*”, liderado por Adrian Cadbury, contendo recomendações na administração da organização e sistemas de contabilidade de forma a mitigar os riscos e falhas da *governance* da organização. Este relatório foi usado como fonte para a criação de regras ou recomendações sobre o governo das sociedades por parte várias entidades, como o Banco Mundial, a União Europeia e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

sendo algo não financeiro. Mas este Código veio clarificar que essa sustentabilidade – assuntos não financeiros, não deveria e não poderia ser tratada como algo secundário. Acrescentando que estes assuntos não financeiros têm impacte muito grande nas empresas. A partir deste Código começou a surgir o esboço da ideia de construir um relatório integrado (Eccles & Krzus, 2015).

Alguns anos após a publicação do Código King II, alguns pensadores económicos estavam insatisfeitos com o tratamento dado à sustentabilidade, e ao uso incorreto do mesmo por várias empresas que simplesmente a desvalorizavam. Decidiram voltar a rever o Código para incluir recomendações cruciais para as empresas combinarem a informação financeira e não financeira em um único relatório anual.

Assim, em 2009, o *King Code of Governance Principles* (agora com 76 princípios), mais conhecido por King III, foi publicado e entrou em vigor um ano mais tarde (Salomn & Maroun, 2012). Este Código define os princípios de *governance* que todas as empresas da África de Sul devem seguir. E tornou obrigatório, a partir de 2010, a apresentação do relatório integrado para todas as empresas cotadas na *Johannesburg Stock Exchange* (Eccles & Krzus, 2015).

O Código King III realça a importância dos relatórios anuais e o seu impacte económico, encorajando as empresas a publicar os aspetos negativos e positivos.

Ainda em 2010 foi fundado o *Integrated Reporting Committee of South Africa* (IRC) com o intuito de ajudar as empresas a preparar os relatórios integrados. Ao mesmo tempo foi lançado o *Discussion Paper* sobre o *Framework for Integrated Reporting and the Integrated Report* (IRC, 2011). Esta foi a primeira tentativa para criar as *guidelines* do relatório integrado. Eccles e Krzus (2015) realçam a impossibilidade de separar a parte financeira da parte de sustentabilidade, de forma a conseguir compreender toda a organização.

O debate que foi lançado nunca foi finalizado, mas ficou a certeza que influenciou o desenvolvimento do IIRC. O criador do Código King, Mervyn King tornou-se o *chairman* do IIRC, permitindo evidenciar a forte influência da África do Sul na criação do relatório integrado.

1.3 O desenvolvimento da *framework* do relatório integrado

O IIRC foi fundado em agosto de 2010, pelos dois principais líderes em sustentabilidade - o *Prince's Accounting for Sustainability Project* (A4S) e a *The Global Reporting Initiative* (GRI). Na página inicial e memorando do IIRC, descrevem-se como: “uma coligação global de reguladores, investidores, empresas, profissionais de contabilidade e organizações não governamentais (ONG). A coligação promove a comunicação sobre a criação de valor como o passo seguinte na evolução dos relatórios empresariais” (IIRC, 2013b: 1).

A missão do IIRC consiste em “Estabelecer o relatório integrado e pensamento como uma prática normal no setor público e privado.” (IIRC, 2013b: 1). Para conseguir alcançar esta missão o IIRC teve de trazer os melhores profissionais de várias organizações e de todas as partes do globo para o seu comité, entre eles destacam-se profissionais das *Big Four* (KPMG, Ernst & Young, PwC e Deloitte), ONG como são os casos da GRI, a *World Wildlife Found* (WWF) e a *Transparency International*, executivos de empresas como a HSBC, Microsoft Nestlé ou Novo Nordisk e como *chairman* foi designado o criador do Código King, Mervyn King (IIRC, 2017a).

Em 2014, Mervyn King lança uma nova publicação *Strategy: The breakthrough phase 2014-17*, onde explica os objetivos principais durante este período, como os alcançar, mercados onde incidir e riscos associados (IIRC, 2014b). Entre os referidos objetivos estão: o aumento do ritmo e escala da adoção do *Integrated Reporting* (IR); contruir uma ponte entre o relatório empresarial para alocação de capital a partir de investimento integrado; interagir com as políticas globais e comités reguladores para garantir que o IR seja mais usado; e desenvolver uma organização viável a longo prazo. Os principais mercados são Austrália, Brasil, Canada, China, França, Alemanha, India, Japão, Rússia, Singapura, África do Sul, Turquia, Reino Unido e EUA. Os principais setores identificados foram os de bens de consumo, energia, serviços financeiros, saúde e tecnologia.

O desenvolvimento da *framework* foi conseguido graças ao programa piloto “*Integrated Reporting Pilot Programme*”. Este programa propunha a um grupo de empresas a oportunidade de mostrar liderança nesta área emergente dos relatórios empresariais. Através da participação no programa, os princípios do IR foram postos em prática e testados, com a intenção de criar um novo padrão global no IR. O principal

objetivo do IR é mostrar a ligação entre uma organização e a sua estratégia, a *governance* e a *performance* financeira. A *framework* do IIRC procurava apoiar a organização a dirigir, de forma concisa e clara, as matérias que afetam a sua capacidade de criar e sustentar valor no curto, médio e longo prazo (IIRC, 2011a). Em novembro de 2012 publicou o protótipo, *Prototype of international <IR> Framework* – e, em 2013, a proposta de estrutura (*Consultation Draft of the international <IR> Framework*). Meses mais tarde, em dezembro de 2013, e após ter tido em conta 359 subscrições de várias organizações publicou o modelo /estrutura do relatório integrado: a *International Integrated Reporting Framework ou <IR> Framework* (IIRC, 2013a).

1.3.1 O relatório integrado e o pensamento integrado

Ao falar em relatório integrado é difícil não abordar um conceito tão central como é o de pensamento integrado, ou mais conhecido pela sua denominação em inglês *integrated thinking*.

De acordo com o IIRC, o pensamento integrado pode ser definido como “A consideração ativa feita por uma organização dos relacionamentos entre as várias operações e as unidades funcionais e o capital que a organização usa ou afeta. O pensamento leva a uma tomada de decisão integrada e ações que consideram a criação de valor no curto, médio e longo prazo” (IIRC, 2013a, p. 2). Após analisar a definição do IIRC, consegue-se encontrar a diferença entre o IR e o pensamento integrado. Enquanto o IR é caracterizado pelo processo, o pensamento integrado é o resultado desse processo.

O pensamento integrado permitiu às pessoas que trabalham nas organizações verem certos aspetos, em uma perspetiva mais ampla, tendo em atenção o alcance dos resultados económicos e financeiros, e também o impacte das atividades económicas nas pessoas, ambiente e sociedade (IIRC, 2013b). Quanto mais o pensamento integrado está presente nas atividades das organizações, mais naturalmente a conectividade dos fluxos de informação estão presentes no relatório de gestão, análises e tomada de decisão. Isto também leva a uma melhor integração dos sistemas de informação que apoiam os relatórios internos e externos e comunicação, incluindo a preparação do relatório integrado.

O pensamento integrado pode ser visto numa perspetiva holística de diferentes fatores financeiros e não financeiros ou o relacionamento com os *stakeholders*, que

influencia a criação de valor (Shultze & Miller, 2015). A <IR> *Framework* refere que o relatório integrado facilita e apoia o pensamento integrado dentro da organização (IIRC, 2013b). Em suma, o relatório integrado só existe se existir pensamento integrado, em que este funciona como um catalisador para melhorar a qualidade do relatório integrado. Por sua vez, o relatório integrado tem um papel importante na comunicação da informação e, se essa for de boa qualidade, fará com que o pensamento integrado seja maior. Está-se perante uma simbiose conforme se encontra ilustrada na figura 1.7.

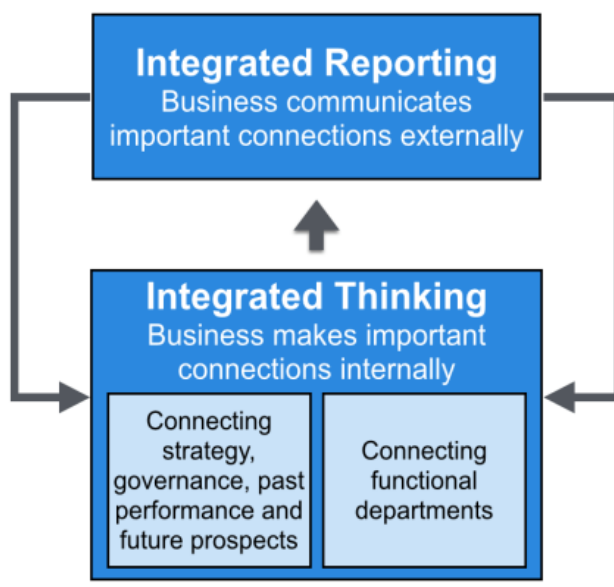


Figura 1.7. Relação simbiótica entre o pensamento integrado e relatório integrado.

Fonte: IIRC (2013c).

O ciclo presente na figura 1.7. ilustra a relação que existe entre o IR e o pensamento integrado, sendo cada vez mais notória a ligação entre um bom relatório integrado e o pensamento integrado, e ambos dependem um do outro. Por isso pode-se concluir que quanto maior for o pensamento integrado maior é a qualidade do relatório. Por sua vez, quanto maior o pensamento integrado maior será a gestão integrada e conectividade dentro das organizações. Esta conclusão é corroborada pelo estudo da SAICA (2015) ao afirmar que “... entre as organizações que produzem relatórios integrados de alta qualidade e autênticos, estava presente uma profunda consciência do conceito de pensamento integrado e como ele beneficiava a organização.”.

1.3.2 O relatório integrado e a <IR> Framework

Nesta fase já se compreende a relação existente entre IR e o pensamento integrado, baseando-se o primeiro no segundo. Pode-se agora avançar para uma análise detalhada do IR. A <IR> *Framework* criou um guião com princípios para serem seguidos, que serão explicados com detalhe neste subcapítulo.

1.3.2.1 Conceitos subjacentes na Framework

De acordo com a <IR> *Framework*, a definição de IR é “uma comunicação consistente sobre como a estratégia de uma organização, *governance*, *performance* e perspectivas, no contexto do seu ambiente externo, leva à criação de valor no curto, médio e longo prazo” (IIRC, 2013b). Esta definição apenas difere de outras existentes em dois pontos: criação de valor e ambiente externo.

O propósito da *Framework* é “estabelecer princípios orientadores e conteúdo para regular a informação presente no relatório integrado, e explicar os conceitos fundamentais neles inscritos” (IIRC, 2013b).

O ambiente externo pode ser entendido como o contexto político, económico, social e ambiental onde a organização está inserida. Outra palavra que tem sido repetida vezes sem conta é “relacionamento”, que também pode ser designada por “*the capitals*” ou o capital, e é descrita como o “*stock de valor*”, do qual uma organização depende. (IIRC, 2013b).

Os capitais são *stocks de valor* que aumentam, diminuem ou transformam-se através das atividades e *outputs* da organização. Exemplo de um aumento de capital financeiro é quando uma empresa tem lucro e um exemplo de um aumento de capital humano é quando os empregados ficam melhores a desempenhar as suas tarefas ou aprendem algo novo.

A <IR> *Framework* considera seis tipos de capitais: financeiro, manufacturado, intelectual, humano, social e relacionamentos, e capital natural (IIRC, 2013b: 2.15), que representam o que se explica a seguir:

- Capital financeiro – o conjunto de fundos que está disponível em uma organização para uso na produção de bens e serviços obtido através de financiamento ou gerado através de operações ou investimentos (e.g. dívidas, capital próprio, subsídios).
- Capital manufaturado – manufaturar objetos físicos que estão disponíveis em uma organização para o uso na produção de bens ou serviços (e.g. edifícios, equipamentos de produção e ferramentas, infraestruturas como sejam estradas, portos, pontes e estações de tratamento de água).
- Capital intelectual – organizacional, intangíveis baseados em conhecimento. Aqui inclui-se a propriedade intelectual (patentes, direitos de autor, software, direito e licenças), o capital organizacional (conhecimento tático, sistemas, procedimentos e licenças), e os intangíveis associados a uma marca e reputação que uma organização tenha desenvolvido.
- Capital humano – competências das pessoas, capacidades e experiências, e suas motivações para inovar. (e.g. alinhamento e apoio à *governance* de uma organização, abordagem dos riscos de gestão e valores éticos, como é o caso do reconhecimento dos direitos humanos; capacidade de compreender, desenvolver e implementar a estratégia da organização; lealdade e motivação para melhorar os processos, os bens e serviços, incluindo a sua capacidade de liderar, gerir e colaborar; aspetos relacionados que incluem: resultados dos empregados, ocupação saudável e segurança, treino e educação, diversidade e igualdade de oportunidades).
- Capital social e relacional – a instituição e relacionamentos estabelecidos dentro e entre cada comunidade, grupo de *stakeholders* e outras empresas (e uma capacidade de partilhar informação) para desenvolver o bem-estar individual e coletivo (e.g. normas partilhadas, e valores comuns e comportamentos; relacionamentos chaves, e confiança e vontade em envolver-se nas coisas que empresa cria; comunidade; aspetos relacionados incluem: corrupção, comportamentos anti competitividade, saúde do clientes, segurança e privacidade; direitos humanos como é o caso da não discriminação e liberdade de associação).
- Capital natural – todas as ações ambientais renováveis e não renováveis que fornecem bens e serviços que apoiam o prosperidade presente e futura da

organização (e.g. ar, água, terrenos, florestas, matérias, minerais, energia; biodiversidade e saúde do ecossistema; aspetos relacionados, como por exemplo, emissões e resíduos).

O esquema constante da figura 1.8 ilustra o processo de criação de valor desenvolvido na <IR> *Framework*.

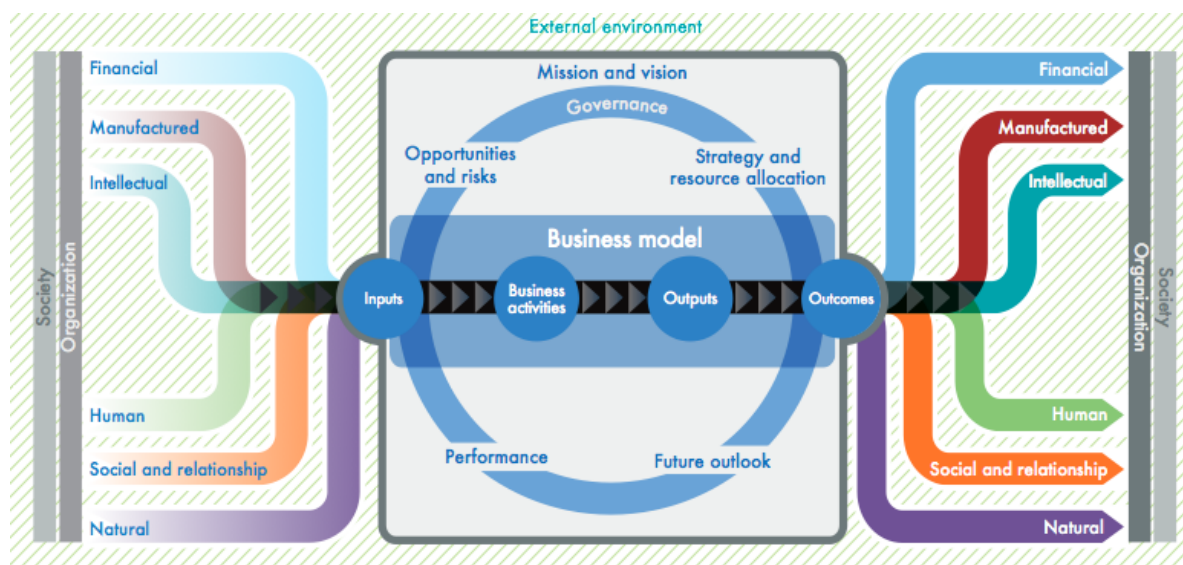


Figura 1.8. O processo de criação de valor.

Fonte: IIRC (2013f).

A caixa a cinzento no centro da figura 1.8 representa a organização. O ambiente externo inclui condições económicas, mudanças tecnológicas e desafios ambientais; estes aspetos criam as condições na qual a organização opera. Missão e visão abrange toda a organização, identifica o seu propósito e intenções em uma forma clara e concisa (IIRC, 2013b: 2.D). As pessoas incumbidas da *governance* da organização são responsáveis por criar uma estrutura de supervisão apropriada para apoiar a organização a criar valor. O modelo de negócios ou *business model* encontra-se no centro da organização, usa “capitais” (recorde-se os seis tipos de capitais analisados anteriormente) como *inputs* e, a partir da atividade da organização ou *business activities*, visa transformá-los em *output*². Após a organização ter produzido os seus *outputs*, seguem-se o *outcomes* ou resultados relativamente à afetação dos capitais. A capacidade de o modelo de negócio se adaptar às

² *Outputs* são produtos, serviços, subprodutos e resíduos.

mudanças (existência ou não, qualidade e preços acessíveis dos *inputs*) pode afetar a viabilidade da organização no longo prazo (IIRC, 2013b).

O que se pode considerar atividades do negócio? Inclui-se aqui o planeamento, *design* e produção de produtos ou mesmo o desenvolvimento de aptidões específicas. Para produzir novos produtos e serviços é importante que a organização promova uma cultura de inovação e só assim consegue fazer face às necessidades e expectativas dos seus futuros e presentes clientes. Por outro lado, a inovação é muito importante, mas precisa de vir acompanhada de novas tecnologias que vão tornar a atividade da organização mais eficiente.

Os *outcomes* podem ser caracterizados como as consequências internas e externas, que podem ser positivas ou negativas do uso dos capitais, por outras palavras é o resultado da atividade da organização e dos seus *outputs*.

Os riscos e oportunidades, aparecem porque o ambiente externo pode ser hostil ou favorável à organização, logo vai afetar de forma significativa a estratégia e o modelo de negócios da organização.

A estratégia da organização vai gerir os riscos e as oportunidades de forma a tirar o melhor dos dois lados. Para isso a organização vai definir planos e implementá-los, assim as pessoas responsáveis pela *governance* vão ter de realocar ou alocar recursos para esse efeito.

A *performance* é um indicador importante para a organização avaliar o seu desempenho e assim apoiar na tomada de decisão.

Ninguém pode dizer que o processo de criação de valor é fixo, pelo contrário está em constante mutação, a organização tem de fazer uma revisão de cada componente com regularidade e quando encontrar um problema tem de o corrigir ou então adaptar a sua atividade de negócio para o contornar.

1.3.2.2 Princípios orientadores

A <IR> *Framework* criou um conjunto de princípios que têm de ser seguidos para a preparação de um relatório integrado, bem como o modo de apresentação da informação. Esses princípios são os seguintes (IIRC, 2013b):

- Foco na estratégia e orientação futura;
- Conectividade da informação;
- Relacionamento com os *stakeholders*;
- Materialidade;
- Concisão;
- Confiabilidade e completude;
- Consistência e comparabilidade.

Estes princípios são aplicados individualmente e coletivamente com o intuito de preparar e apresentar um relatório integrado.

1.3.2.2.1 Foco na estratégia e orientação futura

Um dos princípios fulcrais para a organização é o foco na estratégia e orientação futura, por esse motivo este princípio tem de estar presente na elaboração do relatório. Um relatório integrado deve fornecer uma visão da estratégia da organização e a sua capacidade de criar valor no curto, médio e longo prazo, bem como o efeito que tem no uso e alocação do capital. Empresas no mesmo setor podem ter acesso às mesmas fontes de capital, mas dependendo da sua estratégia podem usar esse capital de formas completamente diferentes (IIRC, 2013b).

Neste princípio espera-se que as organizações divulguem informação sobre os seus riscos e oportunidades e dependências que fluem entre as posições de mercado das organizações e os seus modelos de negócio. A visão das pessoas incumbidas da *governance* da organização sobre temas como as relações entre *performance* antiga e atual, e fatores que possam alterar essas relações; como é que a organização equilibra os seus interesses de curto, médio e longo prazo; como é que a empresa aprende com experiências antigas e como essas afetaram a estratégia futura (IIRC, 2013b).

1.3.2.2.2 Conectividade da informação

Um relatório integrado deve mostrar uma imagem holística da combinação, interligação e interdependências entre os fatores que afetam a capacidade de a organização criar valor ao longo do tempo (IIRC, 2013b). O princípio da conectividade da informação está ligado ao conceito de *integrated thinking*, e como se analisou no

subcapítulo sobre o pensamento integrado, quanto maior a presença de pensamento integrado maior é a conectividade da informação que vai para os relatórios de gestão, análises e tomadas de decisão, e por sua vez para o relatório integrado. Como se pode observar o pensamento integrado está fortemente ligado ao relatório integrado, por isso é pertinente aprofundar mais os tipos de conectividades para uma melhor compreensão.

Existem vários tipos de conectividade, ligados a vários aspetos da organização. Primeiro, atente-se na conectividade entre “Elementos do conteúdo” ou *Content elements*. O IR liga os “Elementos do conteúdo” a uma imagem geral que reflete as interações dinâmicas e sistemáticas das atividades da organização como um todo (IIRC, 2013b). A partir da definição dada pelo IIRC é difícil entender o significado desta conexão, por isso, segue-se os seguintes exemplos: em todas as organizações tem de se tomar decisões, bem como analisar onde os recursos estão a ser alocados, muitas das vezes, a organização tem de alocar ou realocar recursos para conseguir atingir a *performance* estipulada; a qualquer altura, a organização está sujeita a novos riscos e a novas oportunidades, por isso é importante a empresa apresentar a informação sobre esses incidentes e por sua vez, como esses incidentes afetaram a estratégia da organização; a organização deve também informar quando existem mudanças ao nível do ambiente externo, como é o caso do aumento ou diminuição da mudança tecnológica, evolução das expectativas da organização, escassez de recursos, entre outros.

Outra conectividade é a existente entre o passado, presente e futuro. Esta implica analisar as atividades da organização do passado até ao presente, pois trata-se de informação essencial para poder tomar decisões no presente e para o futuro.

A conectividade entre os capitais assenta na ideia de que todas as mudanças que existirem nos capitais vão afetar fortemente a capacidade da organização de criar valor. Deste modo é crucial uma supervisão de qualquer flutuação dos preços, dos intervenientes e das tendências.

A conectividade entre a informação financeira inclui, por exemplo, as implicações de um aumento da quota de mercado em investigação e desenvolvimento ou do investimento em recursos humanos; a redução de custos ou novas oportunidades de negócio; o aumento da eficiência energética ou tecnologias para resolver problemas sociais; o aumento dos rendimentos e dos lucros, da satisfação dos clientes e da reputação.

A conectividade entre a informação quantitativa e qualitativa baseia-se no princípio de que ambos os tipos de informação são necessários para fazer um IR podendo usar-se os *Key Performance Indicators* (KPI's) para analisar a informação e ilustrar, de forma mais eficiente, a conectividade entre este tipo de informação.

A conectividade entre a informação da gestão, informação da administração e informação transmitida aos *stakeholders*. É de extrema importância a não existência de discrepâncias entre a informação interna e a informação dada aos *stakeholders*. Quanto maior for o nível das discrepâncias da informação, menor será a conectividade e por sua vez um relatório integrado de qualidade inferior. Por este motivo toda a informação dada e usada internamente tem de ser consistente, caso contrário pode descredibilizar a organização (IIRC, 2013b).

1.3.2.2.3 Relacionamento com os *stakeholders*

O relatório integrado deve apresentar uma visão da natureza e qualidade das relações da organização com os seus principais *stakeholders*, incluindo como e em que medida a organização entende essas relações, e até que ponto a organização tem em conta e responde às suas necessidades e interesses (IIRC, 2013b).

A criação de valor não é feita de forma individual, mas sim de forma coletiva. Uma organização não consegue criar valor por si só, precisa de ter relações com outras organizações, ONG, *stakeholders*, entre outros intervenientes, só assim é que a criação de valor pode surgir. Assim, torna-se primordial para a organização manter e preservar a relação com os *stakeholders* chave. O que significa que o relatório integrado não tem de preservar a relação com todos os *stakeholders*. Cada organização tem um conjunto de principais *stakeholders* e são esses que a organização deve dar preferência.

Os *stakeholders* podem ajudar a organização em diferentes assuntos, tais como: o que é valor para os *stakeholder*; identificar tendências que até ao momento não chamaram a atenção da organização, mas a sua importância está a aumentar; identificar riscos e oportunidades; desenvolver e avaliar estratégias; gerir riscos.

A interação com os *stakeholders* é algo inevitável. Para uma simples ampliação de uma fábrica é necessária a colaboração com a comunidade local. A negociação diária com os fornecedores, as interações com os clientes, com os bancos, com os agentes políticos.

O relatório integrado ajuda a uma maior transparência, o que é fundamental para construir confiança. A organização ao publicar como é que os interesses dos *stakeholders* principais foram tidos em conta e resolvidos, através da tomada de decisões, bem como a contínua comunicação entre as partes, só fará com que a confiança na organização aumente.

1.3.2.2.4 Materialidade

O relatório integrado deve apresentar a informação sobre assuntos que substancialmente afetam a criação de valor da organização ao longo do tempo (IIRC, 2013b).

Ao criar um relatório integrado tem-se de ter em conta a materialidade. Suscita-se, porém, uma questão inevitável: o que é a materialidade para o IR? A organização deve identificar assuntos relevantes com base na sua capacidade de criação de valor. Os assuntos relevantes são aqueles que podem afetar a criação de valor, o que pode ser determinado pelo efeito que provocam na estratégia, *governance*, *performance* e prospetivas da organização. Todos os assuntos que sejam discutidos nas assembleias e outras reuniões feitas por aqueles que são responsáveis pela *governance* da organização, são considerados relevantes, desde que o assunto afete a criação de valor, caso não afete é considerado irrelevante. Por exemplo, perspectivas e interesses dos *stakeholders* principais são considerados relevantes.

Contudo, isto implica uma avaliação da importância dos vários itens na criação de valor, pois nem todos os assuntos relevantes da organização podem ser considerados relevantes para a sua inclusão no relatório integrado, pois o relatório tornar-se-ia demasiado extenso. Para isso tem de analisar-se a probabilidade de o assunto ocorrer no futuro e a magnitude do assunto relativamente à estratégia, *governance*, *performance* e prospetivas e a sua capacidade potencial de afetar a criação de valor. A magnitude do assunto deve ter em conta: fatores quantitativos e qualitativos; perspectivas financeiras, operacionais, estratégicas, reputacionais e legais; área que afeta, caso seja interna ou externa; e duração do seu efeito. A partir do momento em que é encontrado um conjunto de assuntos importantes, eles devem ser hierarquizados consoante a sua magnitude, o que ajuda a que os mais importantes sejam os primeiros a serem focados.

Finalmente, cada organização tem de efetuar um julgamento sobre a informação que irá apresentar no relatório de acordo com a magnitude de cada assunto e tendo ainda em conta os interesses dos seus *stakeholders* principais. Depois do julgamento feito e todas as decisões tomadas, os assuntos selecionados serão apresentados no relatório integrado.

1.3.2.2.5 Concisão

Um relatório integrado deve ser conciso (IIRC, 2013b). O relatório integrado deve conter a informação relevante sobre a estratégia, *governance*, *performance*, e prospetivas da organização, sem estar a ser sobrecarregado com informação não relevante. Para lograr a concisão, o relatório integrado deve: aplicar o princípio da materialidade; seguir uma estrutura lógica e incluir as referências necessárias; criar ligações de modo a ligar a informação mais detalhada que não sofre alterações com frequência (lista de empresas subsidiárias) e usar fontes externas (legislação governamental) em anexos; explicar os assuntos de forma concisa e evitar repetições; usar uma linguagem normal, usando apenas termos técnicos quando necessários; evitar assuntos genéricos ou fora dos interesses da organização.

1.3.2.2.6 Confiabilidade e completude

Um relatório integrado deve incluir todos os assuntos relevantes, ambos positivos e negativos, de forma equilibrada e sem erros (IIRC, 2013b). A confiabilidade significa que a informação prestada tem de ser fiável e a verdadeira representação da organização. Existe várias maneiras para manter e analisar a fiabilidade da informação entre elas inclui-se um sistema interno de controlo e sistemas de reporte, participação dos *stakeholders*, auditorias internas e externas. As pessoas responsáveis pela *governance* da organização têm a obrigação de identificar e supervisionar os colaboradores diretamente afetos ao processo, de forma a que o relatório integrado represente de forma fiel a organização.

Um aspeto muito importante no relatório integrado é o equilíbrio da informação. Entende-se que este equilíbrio implica que, ao dispor a informação no IR, não deve existir segundas intenções ou maquilhagem da informação, por exemplo, colocar doze páginas a falar de aspetos positivos e no meio dessa informação constarem três a quatro linhas de

informação negativa e vital para os *stakeholders*; ou então minimizar aspetos negativos, como se esses não afetassem a organização; o uso de terminologia técnica, de forma a deturpar o verdadeiro significado; ou ainda o uso de formatos pouco esclarecedores e gráficos extremamente complexos.

Para garantir um relatório equilibrado há que seguir os seguintes métodos (IIRC, 2013b):

- Uso de formatos de apresentação que não sejam facilmente influenciáveis;
- Dar igualdade de considerações, para os aumentos e diminuição dos capitais, mostrar as forças e fraquezas da organização, mostrar os desempenhos positivos e negativos de todas as áreas da organização;
- Ao fazer o relatório comparar com metas anteriormente estabelecidas, previsões, projeções e expectativas.

Como é óbvio todos os relatórios estão sujeitos a erros ou lapsos, mas para os evitar o mais possível, a organização deve estabelecer sistemas para minimizar o aparecimento dos mesmos.

O relatório deve ser completo, o que significa que deve conter toda a informação relevante, ou seja, evitar que informação relevante fique excluída. A organização deve fazer uma análise de outras organizações dentro do mesmo setor, visto que essas organizações têm de retratar assuntos comuns e pode existir outros assuntos pertinentes que ainda não estejam a ser abordados e que a partir desse momento, comecem a ser tomados em conta. Para além disso, a organização deve apresentar conteúdos relevantes que são únicos à sua organização devido à estratégia adotada pela gestão da mesma.

1.3.2.2.7 Consistência e comparabilidade

A informação contida no relatório integrado deve ser apresentada (IIRC, 2013b):

- Numa base consistente ao longo do tempo;
- De uma forma que permita comparação com outras organizações na medida que seja relevante para a organização criar valor ao longo do tempo.

Para isso, as regras dos relatórios devem ser mantidas de um período para o outro, a menos que seja necessário alterações para melhorar a qualidade da informação reportada. Em todos os períodos são apresentados os indicadores KPI's, a menos que algum no

período corrente se tenha tornado irrelevante. Se alguma alteração significativa aconteceu, a organização deve explicar os seus efeitos.

A informação comparável varia de organização para organização, isto porque cada organização tem a sua própria estratégia. Mas existem pontos em comum, mesmo que a estratégia seja muito diferente. Para fazer comparações as organizações podem usar *benchmark*; apresentar a informação em rácios (e.g. gastos em percentagem das vendas); e usar indicadores quantitativos comuns a outras organizações com atividades semelhantes.

1.3.2.3 Elementos de conteúdo

O <IR> *Framework* inclui oito elementos de conteúdo e afirma que esses elementos estão interligados e podem-se sobrepor (IIRC, 2013b). A cada elemento do conteúdo corresponde uma questão que deve ser respondida ao longo da elaboração do relatório integrado conforme consta na tabela 1.1.

Tabela 1.1. Elementos de conteúdo do <IR> *Framework*.

Elementos de conteúdo	Questões
Visão geral da organização e ambiente externo	O que é que a organização faz e quais são as circunstâncias em que opera?
<i>Governance</i>	Como é que a estrutura de <i>governance</i> da organização apoia a sua capacidade de criar valor no curto, médio e longo prazos?
Modelo de negócio	Qual é o modelo de negócios da organização?
Riscos e oportunidades	Quais são os riscos específicos e oportunidades que afetam a capacidade de a organização criar valor ao longo do tempo e como é que a organização os enfrenta?
Estratégia e alocação de recursos	Onde é que a organização quer dirigir-se e como pretende chegar lá?
<i>Performance</i>	Em que medida a organização atingiu os seus objetivos estratégicos para o período e quais são os seus resultados em termos de efeitos no capital?
<i>Outlook</i> ou perspectivas	Que desafios e incertezas que a organização provavelmente irá enfrentar para alcançar a sua estratégia, e qual são as implicações potenciais para o seu modelo de negócios e futuro desempenho?
Bases de preparação e apresentação de acordo com o guia geral	Como é que a organização determina quais os assuntos a incluir no relatório integrado e como esses assuntos são quantificados ou avaliados?

Fonte: Elaboração própria baseada nos elementos de conteúdo do IIRC(2013f).

Ao longo deste trabalho todos estes elementos foram abordados, pelo que não se irá repetir a explicação de cada um, exceto o modelo de negócio que cabe ainda aprofundar.

Cada organização tem o seu modelo de negócio, este modelo consiste em um sistema de transformação de *inputs*, através das atividades de negócio, em *outputs* e por sua vez em *outcomes*, com o objetivo de satisfazer a estratégia da organização e consequentemente criar valor no curto, médio e longo prazos (IIRC, 2013b). Este processo ficou representado na figura 1.8, anteriormente apresentada.

Os *inputs* são a primeira fase no modelo de negócio da organização. A qualidade dos *inputs* é um dos fatores diferenciadores da organização, essas diferenças irão fazer aumentar a robustez e resiliência do modelo de negócio.

A segunda fase é a atividade de negócio. A função do relatório integrado é descrever as principais atividades de negócio da organização, as quais podem incluir (IIRC, 2013b):

- Como é que organização se diferencia a si própria no mercado, por exemplo, a partir da diferenciação dos produtos, segmentação de mercado, canais de distribuição e marketing;
- Até que ponto o modelo de negócio depende das vendas realizadas depois do ponto inicial de venda, por exemplo, extensões da garantia ou pagamentos mensais de uso de serviços;
- Como é que a organização lida com a necessidade de inovação;
- Como é que o modelo de negócio foi desenhado para se adaptar às mudanças.

A terceira fase, os *outputs*, são os produtos ou serviços gerados pela organização. Ter em atenção que certas organizações podem ter outros *outputs* como é o caso dos subprodutos e resíduos. Um exemplo de subproduto são os restos de madeira usados para os móveis, que depois são reutilizados para fazer madeira prensada, para a fabricação de mobiliário de baixo custo ou para usar no aquecimento das casas. Também são considerados subprodutos os resíduos, o CO2 emitidos durante a produção dos produtos, entre outros.

A quarta fase e última, *outcomes*, de acordo com a <IR> Framework são:

- Os resultados internos (e.g. a moral dos colaboradores, reputação da organização, rendimentos e fluxos de caixa) e resultados externos (e.g. satisfação dos clientes, pagamentos dos impostos, lealdade à marca, e efeitos sociais e ambientais);

- Os resultados positivos (e.g. aqueles que resultam em um aumento de capital e por sua vez na criação de valor) e resultados negativos (e.g. aqueles que resultam em uma diminuição de capital e, por isso, na perda de criação de valor).

Os resultados por vezes podem-se tornar difíceis de contabilizar e analisar por parte da organização, por este motivo a organização precisa de considerar, para além dos capitais que controla e detém, o meio ambiente onde se encontra.

Nem todas as organizações têm apenas um modelo de negócio, existindo organizações com múltiplos modelos de negócio. Por exemplo, quando a organização opera em segmentos de mercado diferentes. Desagregar os modelos de negócio da organização é importante para compreender como é que a organização opera. Isto cria um novo desafio: como é que estes diferentes modelos de negócio estão conectados entre si e quais são as sinergias que geram. Existe um caso onde não é possível desagregar o modelo de negócio, que em Portugal são conhecidas por Sociedades Gestoras de Participações Sociais (SGPS). Aqui, a melhor decisão é ter apenas um modelo de negócio que é a gestão de participações. O relatório integrado de uma organização com múltiplos modelos de negócio muitas vezes tem de encontrar um equilíbrio na informação a divulgar, mas isto não significa a sua omissão.

1.3.2.4 Críticas ao <IR> Framework

O IIRC foi fundado em agosto de 2010 e tem como principal objetivo a aceitação global do <IR> Framework como um processo de comunicação das organizações sobre a sua criação de valor no tempo (IIRC, 2013b). No ano a seguir à sua fundação foi lançado o programa piloto do IIRC. Em 2012 depois do primeiro ano do programa piloto foi lançado o protótipo, ao qual todas as empresas devem seguir para elaborar o seu relatório integrado. Tudo parecia bem para o <IR> Framework, dispondo do apoio de várias organizações que confirmavam o sucesso e qualidade deste programa. Contudo também começaram a aparecer vozes críticas, uma delas, muito reconhecida, foi a de John Flower, especialista em contabilidade. Flower (2014: 1) descreve o IIRC como “uma história de fracasso” que “abandonou a contabilidade de sustentabilidade”.

Flower (2014) continua a apontar falhas ao conceito de criação de valor, salientando que o seu principal foco são os investidores e não o valor para a sociedade e os outros *stakeholders*. Na perspetiva do autor, o IIRC dá mais ênfase aos investidores e à

contrapartida dos outros, visto que a informação selecionada tem em grande consideração os interesses dos investidores.

O outro aspeto que o autor enfatiza prende-se com o modelo assente nos capitais. De acordo com Flower (2014), o objetivo do modelo podia ser um método para reportar os impactes societários e ambientais da empresa. O autor diz que, quando uma empresa consegue alcançar o aumento de todos os capitais, ou compensar a diminuição de um com o aumento de outros, isto significa que a sustentabilidade foi alcançada (Flower, 2014). Considera ainda que existe uma falha no *framework* em relação aos capitais, porque não obriga as empresas a explicar cada capital individualmente, deixando a decisão ao julgamento da organização sobre quais os capitais a desenvolver, em vez de obrigar a explicar todos individualmente e depois coletivamente. Assim, quando os *stakeholders* estiverem a ler o relatório não têm a noção como é que cada capital afetou o modelo de negócio.

De acordo com Flower (2014), ao desenvolver os tipos de capitais verifica-se outra falha. O IIRC diz que deve entrar para o relatório integrado os capitais que afetam a criação de valor, mas deixa um tipo de capital de fora que é muito importante para qualquer organização: o capital natural. O capital natural pode ser água, ar, terrenos, etc. De acordo com o IIRC, o capital natural é descrito como “Todos os recursos ambientais renováveis ou não renováveis e processos [...] que apoiam o passado, presente e futuro da organização” (IIRC, 2013b: 2.15). Este tipo de capital afeta indiretamente a criação de valor, por exemplo, se uma empresa quer implementar uma nova fábrica, um dos primeiros aspetos que terá de considerar é o acesso a água, minerais, terrenos, florestas, etc. Se este capital não tiver as componentes inerentes a ele preenchidas, isso afetará diretamente a atividade da empresa.

Flower (2014), relativamente ao capital natural, refere que as grandes multinacionais têm interesse que certos aspetos de um novo relatório lhe sejam favoráveis. Um desses aspetos é o capital natural, pois certas organizações exploram recursos minerais de forma intensiva o que muitas vezes é prejudicial ao meio ambiente, e a última coisa que querem é incluir esse aspeto no relatório integrado.

O artigo desenvolvido por Flower foi alvo de muitos debates e por sua vez outros artigos foram desenvolvidos a comentar esse trabalho, entre os quais se destaca o trabalho de Thomson (2015). Thomson concorda com a maioria das críticas de Flower, mas este

autor ainda vai mais longe e insere no debate uma teoria conspirativa, apoiada por outros autores, mas nunca provada até à data. Pese a falta de prova dessa teoria, torna-se pertinente para reflexão do *framework* a seguinte citação: “O relatório integrado privilegia um programa neoliberal e incorpora os elementos de sustentabilidade que estão alinhados com os princípios do capitalismo” (Thomson, 2015: 21). Thomson (2015) argumenta que o IR está demasiado focado no lado económico da sustentabilidade e subjugua a sustentabilidade à necessidade do aumento da riqueza para os investidores.

Chaidali e Jones (2017) realizaram um conjunto de entrevistas junto de preparadores dos relatórios empresariais a fim de conhecer as suas perceções sobre o IR. Essencialmente, exploram a fonte da “confiança” usada pelo IIRC e os seus parceiros, para cativar as organizações a participarem na iniciativa do IR. O estudo apresenta algumas conclusões interessantes, evidenciando a existência de um problema de confiança a ser tido em conta.

Em primeiro lugar, os preparadores suspeitam das motivações dos profissionais do IIRC e expressam preocupações sobre a *performance* e apresentação do IR. Consideram que a composição do IIRC afeta a credibilidade do organismo e influencia negativamente a confiança na iniciativa. Em segundo, mostram preocupação com a publicação de um único relatório, não tendo a certeza dos seus benefícios e de quem são os beneficiários. Por último, identificaram alguns problemas relativos à falta de orientação adequada e clara, os altos custos de preparação, o formato e o tamanho do relatório.

1.4 Relatório integrado no contexto empresarial

Antes de aparecer o relatório integrado, as empresas tinham de apresentar a sua informação financeira através de um relatório financeiro e, em geral, também elaborar um relatório de gestão. Muitas empresas optavam também por elaborar o relatório de sustentabilidade, com carácter adicional.

Esta situação mantém-se na maioria dos países, pelo menos naqueles em não se verificou a adoção, de forma obrigatória, do relatório integrado. Neste capítulo ir-se-á abordar a finalidade de cada um destes relatórios, para depois serem comparados com o relatório integrado, extraindo as respetivas conclusões.

1.4.1 Relatório financeiro

O relatório financeiro³ é uma divulgação de informação financeira para a gestão e para o público sobre a posição financeira e sua variação, e sobre o desempenho da empresa durante um determinado período de tempo (normalmente um ano). Os relatórios financeiros são normalmente divulgados anualmente e, para algumas entidades, também semestral e trimestralmente.

Distingue-se do relatório de gestão, que é divulgado também para fora e para dentro da empresa, mas difere quanto ao conteúdo. Como refere a Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, o relatório de gestão “inclui uma exposição fidedigna do desenvolvimento e do desempenho da atividade da empresa e da sua situação, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta”. Essa análise deve adequar-se à dimensão e complexidade da entidade, abrangendo tantos aspetos financeiros como não financeiros. Pode incluir informações ambientais e laborais, assim como referências aos montantes inscritos nas demonstrações financeiras. Por outro lado, o relatório financeiro tem subjacente um conjunto de normas contabilísticas e modelos (ou regras) de apresentação da informação financeira, contrariamente ao relatório de gestão.

O relatório financeiro tem dois propósitos principais. O primeiro, ajuda a gestão a tomar decisões que afetem os objetivos e estratégias da empresa. Com a informação divulgada, a gestão consegue delinear as forças e fraquezas da empresa, bem como a “saúde” financeira da empresa. O segundo, apresenta informação vital sobre o estado financeiro e atividades da empresa para os *stakeholders*. O relatório financeiro é uma garantia para os *stakeholders*, e funciona como *check up* à empresa, mostrando se a empresa está a ser bem gerida.

Em qualquer caso, a informação financeira deve obedecer a um conjunto de características qualitativas a fim de lograr o objetivo das demonstrações financeiras – que a informação seja útil para a tomada de decisões, sejam elas para *stakeholders* internos ou externos⁴. Segundo a estrutura conceptual do *International Accounting Standards*

³ Está-se a utilizar a denominação de relatório financeiro como correspondente ao conjunto completo de demonstrações financeiras que as entidades estão obrigadas a elaborar, em conformidade com o normativo contabilístico que lhes seja aplicável.

⁴ Neste âmbito também há uma pequena diferença entre a estrutura conceptual do IASB e a do SNC. Enquanto no SNC se refere que a informação deverá ser útil na tomada de decisões para a maior parte dos

Board (IASB) há duas características fundamentais que são a relevância e representação fidedigna e outras que contribuem para a melhoria da qualidade da informação e estão associadas às primeiras: comparabilidade, verificabilidade, oportunidade e compreensibilidade (IASB, 2010a). A informação para ser relevante é essencial que tenha um caráter preditivo e confirmatório e ainda ter em conta a materialidade associada. Para que a informação seja uma representação fidedigna implica que a mesma seja completa, neutra e isenta de erros (IASB, 2010a).

O Sistema de Normalização Contabilística (SNC) nacional, cuja estrutura conceptual se baseia na anterior do IASB, publicada em 1989, difere ligeiramente, não distinguindo entre características fundamentais e aspetos relacionados, e identifica quatro características qualitativas principais, que são a compreensibilidade, a relevância, a fiabilidade e a comparabilidade (SNC, 2015).

Cada país tem as suas normas para que as respetivas entidades elaborem e apresentem as suas demonstrações financeiras. Contudo, fruto do processo de harmonização contabilística internacional, em muitos países aplicam-se as normas internacionais de informação financeira emitidas pelo IASB, atualmente seguidas em 150 países. Também a União Europeia, decorrente da publicação do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, obrigou os seus Estados membros a seguir as normas internacionais do IASB, com caráter obrigatório para as contas consolidadas das empresas cotadas, desde 2005.

De acordo com Paternostro (2013), ao analisar um relatório financeiro encontra-se muita informação quantitativa, e normalmente esta informação é complementada com um relatório mais “narrativo” na forma de comentários da gestão ou *management commentary*. O principal objetivo deste relatório é apoiar e explicar a informação quantitativa. Existe um conjunto de regras que têm de ser cumpridas ao realizar este relatório, definidas em um documento do IASB - *IASB issues practice statements on management commentary* - publicado em 8 dezembro de 2010 (IFRS, 2010). Uma dessas regras que as empresas têm de cumprir é estabelecer uma contextualização de forma a entender as declarações financeiras através da visão da administração, onde devem

utentes, não identificando ou hierarquizando nenhuns, a estrutura conceptual do IASB prioriza a utilidade na tomada de decisões sobre o fornecimento de recursos à entidade.

explicar o que aconteceu, o que deve incluir aspetos positivos e negativos, e explicar porque aconteceu e qual a repercussão na empresa (IASB, 2010b).

Nem todos os países obrigam à apresentação deste relatório: comentários da gestão. Na Europa somente em dois países é obrigatória a sua apresentação, que são a Alemanha e a Suécia. Paternostro (2013) diz que este relatório permite clarificar a situação da empresa e identificar riscos e oportunidades. Este relatório combinado com o relatório financeiro torna a informação mais compreensível.

Muller e Stawinoga (2015) afirmam que o relatório financeiro tem algumas limitações. O relatório financeiro é demasiado regulado e padronizado. Isto permite uma maior comparabilidade entre os relatórios de uma empresa em diferentes períodos, mas também permite comparar entre diferentes empresas. Por outro lado, o excesso de regulação retira liberdade à empresa de preparar o relatório consoante as necessidades dos *stakeholders* da empresa/organização. Esta limitação só pode ser ultrapassada com o uso dos comentários da gestão. Os relatórios financeiros também pecam pelo excesso de informação e complexidade, o que cria um obstáculo aos leitores e torna difícil a procura de informação relevante. Outro obstáculo no relatório financeiro é que está focado na parte financeira, deixando a informação sobre a sustentabilidade de lado. Assim como outra informação fundamental para a compreensão da entidade.

1.4.2 Relatório de sustentabilidade

A história dos relatórios sobre a sustentabilidade é relativamente recente, mas pode-se encontrar vestígios do seu início no passado. Durante a década de 1970 houve tentativas de produzir relatórios não financeiros, como é o caso do relatório social na Alemanha. Mas apenas uma década mais tarde, em 1980, surgiu um movimento nos EUA em resposta ao aumento do volume de informação publicada no domínio público, aumento esse ocasionado pela lei US 1987 *Superfound Amendments and Reauthorization Act* (SARA) que obrigava as organizações a publicar um número excessivo de informação relevante e não relevante. Este último fez com que as pessoas ficassem mais preocupadas com os impactes ambientais, e com o que os desastres podem provocar ao nível social, económico, político e ambiental (Herzig & Schaltegger, 2006). Em 1987, foi nomeada pelas Nações Unidas a Comissão Brundtland, para estudar a conexão entre o desenvolvimento e o ambiente. Dessa comissão saiu o termo “desenvolvimento

sustentável”. A expressão significava que “o desenvolvimento que é necessário fazer no presente, não pode comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem as suas necessidades” (Nações Unidas, 1987: 43).

Ao longo dos anos seguintes, este conceito criou um novo padrão nos relatórios não financeiros, impulsionando a transição entre relatórios muito fechados e direcionados em um só assunto (financeiro), para um relatório que integrava um conjunto diverso de assuntos, incluindo a sustentabilidade.

Em 1997, Elkington desenvolveu o conceito de *Triple Bottom Line* de uma empresa. Para o comum das empresas o seu *bottom line* está na sua demonstração dos resultados, mais especificamente nos lucros, por conseguinte, uma visão parcial. O conceito de Elkington tem como objetivo promover a sustentabilidade no mundo dos negócios, onde o foco da empresa deve ir para além do lucro e incluir os aspetos sociais e ambientais para medir o custo total de fazer negócios (Elkington, 1997: 2). Assim, quando um gestor quiser tomar uma decisão irá adicionar às suas condições, aspetos sociais e ambientais. Este modelo pode ser visto como uma abordagem multidimensional. A KPMG (2013) diz que este modelo continua presente na comunicação das empresas.

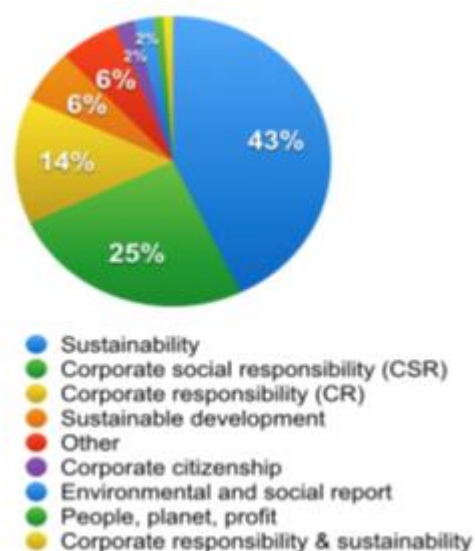


Figura 1.9. Terminologia usada nos relatórios.

Fonte: KPMG (2013).

Em 2013, a KPMG fez um estudo sobre *Corporate Responsibility Reporting*, este estudo fornece informação importante sobre as práticas presentes nos relatórios de sustentabilidade. Usaram 4100 relatórios, das 100 maiores empresas de 41 países, e as 250 maiores empresas do mundo. O estudo concluiu que 71% das 4100 empresas e 93%

das 250 empresas estavam a fazer o relatório sustentável, 67% e 79% das 100 maiores empresas, respetivamente, alemãs e suecas apresentaram o relatório (KPMG, 2013). A figura 1.9 mostra as terminologias usadas pelas 4100 empresas para as suas publicações. O estudo ainda analisou os princípios usados e concluiu que 78% das 4100 empresas e 83% das 250 empresas usaram os princípios emitidos pela GRI (KPMG, 2013). Este estudo permite perceber o quão inserido está o relatório de sustentabilidade nas declarações anuais das empresas. Quando for realizado um novo estudo do género estes valores presumivelmente serão ainda maiores. A GRI é uma organização global e independente, com uma estrutura baseada em rede, que tem como função ajudar empresas, governos e outras organizações a compreender e comunicar os seus impactes em assuntos como mudanças climáticas, direitos humanos e corrupção. Em 2015, 7500 organizações usaram os princípios da GRI para elaborar o relatório de sustentabilidade (GRI, 2015).

Uma das limitações do relatório de sustentabilidade é falta de informação financeira, visto que este relatório só está focado em questões sociais, económicas e ambientais.

1.4.3 A função do relatório integrado

Após a breve abordagem de alguns dos relatórios que as organizações devem realizar, relatório financeiro, comentários da gestão (só obrigatório em alguns países) e relatório de sustentabilidade, onde foi explicada a evolução de cada um e os seus respetivos prós e contras, de um ponto vista evolucionário, o relatório integrado é visto como o próximo salto na forma de divulgação da informação empresarial. O relatório integrado representa uma extensão do relatório financeiro e, ao mesmo tempo, combina aspetos de outros relatórios, tais como o relatório de sustentabilidade e os comentários da gestão. Como foi apresentado nos dois pontos anteriores, esses relatórios não preenchem as necessidades de informação que os *stakeholders* necessitam. Cada relatório tem várias limitações que não lhe permite dar uma visão geral da organização, apenas fornecendo informação separada da organização e com pouca (ou nenhuma) ligação entre os relatórios. O relatório integrado tem como principal objetivo ultrapassar essas limitações dos relatórios tradicionais.

Como se verificou anteriormente, o relatório integrado ajuda a perceber como é que os diferentes relacionamentos (internos ou externos) são geridos pela gestão. Como são usados os diferentes capitais para produzir *outcomes* que geram criação de valor à organização. Como é que a estratégia da organização afeta a atividade do negócio e, por sua vez, a criação de valor. De acordo com Paternostro (2013), os relatórios financeiros focam-se mais no capital financeiro e manufaturado, enquanto os relatórios de sustentabilidade focam-se nos aspetos ambientais, sociais e económicos.

Um dos problemas que os relatórios financeiros têm é de serem muito extensos e muito detalhados, o que por sua vez prejudica a compreensão da informação e leva à saturação do leitor (IIRC, 2010b: 4). O que não acontece com o relatório integrado, devido ao princípio orientador da materialidade. Neste princípio tem-se o suporte para qual a informação a integrar o relatório integrado, exigindo a classificação dos assuntos consoante a sua relevância e apenas aqueles que são relevantes e afetam diretamente a criação de valor é que são colocados no relatório, evitando assim demasiado relatórios extensos.

Outra limitação do relatório financeiro é ser muito padronizado e ter muita regulamentação. Por este motivo a organização tem de seguir as regras escrupulosamente, perdendo assim a liberdade de criar um relatório personalizado e que mais se adequa às suas necessidades. Por outro lado, o relatório integrado dá a liberdade de elaborar um relatório personalizado, satisfazendo as necessidades de cada organização. Isto porque os princípios <IR> *Framework* dão flexibilidade de personalizar o relatório às necessidades de cada organização (Muller & Stawinoga, 2015).

Contudo, nem todas as posições são favoráveis ao IR. Villiers e Sharma (2017) estabelecem uma relação entre os diferentes relatórios e o capital intelectual. O estudo analisa como é que o capital intelectual é tratado nos diferentes relatórios e, na opinião dos autores, será improvável que o relatório integrado possa substituir os relatórios financeiros e de sustentabilidade, pois não permitirá fornecer similar informação à publicada nos relatórios que sigam os princípios da GRI no que respeita ao capital intelectual.

Tabela 1.2. Características principais de cada relatório.

Tópicos	Relatório Financeiro	Comentários da Gestão	Relatório de Sustentabilidade	Relatório Integrado
Público alvo	determinados <i>stakeholders</i> (Investidores, credores e instituições financeiras)	determinados <i>stakeholders</i> (Investidores, credores e instituições financeiras)	vários <i>stakeholders</i>	determinados <i>stakeholders</i> (Fornecedores dos seis tipos de capitais)
Tempo	passado e presente	passado, presente e futuro	passado, presente e futuro	passado, presente e futuro
Tipos de capitais	capital financeiro	capital financeiro e manufaturado	capital social e relacional, humano e natural	capital financeiro, intelectual, social e relacional, humano e natural
Caráter	obrigatório	voluntário	voluntário	voluntário
Alcance	a informação financeira da organização (empresa ou grupo de empresas)	mais abrangente que o relatório financeiro da organização (empresa ou grupo de empresas)	mais abrangente do que o relatório financeiro da organização (cadeia de fornecedores e abordagem LCA ⁵)	mais abrangente do que o relatório financeiro da organização (cadeia de fornecedores e abordagem LCA)

Fonte: Elaboração própria, baseada nos documentos do IASB (2010b) e Paternostro (2013).

Em resumo, o relatório integrado não tem apenas como objetivo compreender os aspetos da informação financeira e não financeira, mas também tem em consideração os aspetos económicos, ambientais e sociais na tomada decisão e na gestão (Paternostro, 2013).

1.4.4 Garantias do relatório integrado

Ao falar de garantias no IR e a sua informação, uma questão crucial surge, como é que um leitor de um relatório integrado pode ter a certeza que o conteúdo presente é verdadeiro? O leitor desta informação precisa de ter a garantia que a informação que lhes está a ser prestada é de confiança.

⁵ LCA, em português, significa avaliação do ciclo de vida e é uma técnica de avaliação e quantificação de impactos ambientais associados a um produto ou processo.

Para garantir que a informação pode ser confiável existem três desafios que têm de se ter em consideração de acordo com o *framework* (IIRC, 2013b):

- Desenvolver um conjunto de padrões credíveis e globais para medir e elaborar a informação não financeira, que tenha o apoio apropriado dos governos, como é o caso das regras de contabilidade;
- Desenvolver métodos para fornecer garantias positivas da informação não financeira;
- Padrões integrados e métodos de garantia para informação financeira e não financeira, com o intuito de garantir a verdadeira e justa visão da organização.

Para serem produzidos relatórios integrados com o máximo possível de confiabilidade e veracidade tem de existir padrões de informação não financeira a seguir, para que essas informações tenham o mesmo valor do que as informações financeiras validadas por uma auditoria financeira. Atualmente quem estabelece estes padrões? Existe um conjunto de organizações que tem contribuído neste domínio, cabendo destacar as seguintes:

- *The Carbon Disclosure Project* (CDP), de onde surgiu o respetivo conselho que estabeleceu princípios para medir a emissão de dióxido de carbono e pode impulsionar a criação de outros princípios em outras áreas ambientais (CDSB, 2010);
- *The European Federation of Financial Analyst Societies* (EFFAS), responsável pela criação de indicadores de desempenho que são de extrema importância para os investidores (SIPG, 2010);
- A GRI, que é uma das mais antigas organizações de informação não financeira, e os seus princípios G3 para a economia, ambiente e social foram os mais usados para avaliar o desempenho dos ESG. A GRI trabalhou em colaboração com o IIRC para criar os novos princípios, os G4, publicados em agosto de 2013.

As normas contabilísticas são impostas pelo poder governamental, através da sua publicação pela via legislativa, às organizações e como consequência são obrigadas a cumpri-los. O objetivo no futuro é consolidar todos os princípios e torná-los obrigatórios, existindo apenas um conjunto de princípios para todas as organizações seguirem.

Este desafio consiste em desenvolver métodos de auditoria que têm de ser tão rigorosos como os usados atualmente para informação financeira. Ao existir um conjunto

de princípios para informação não financeira, isso permite desenvolver metodologias de auditoria específicas. Também é necessário desenvolver procedimentos para avaliar a qualidade do controle interno e sistemas de medição.

Um problema atual é que os valores cobrados pelas auditorias de matérias não financeiras são sempre superiores aos das auditorias financeiras. A GRI considera que os *shareholders* são aqueles que irão determinar o nível de esforço e custos a aplicar na auditoria da informação não financeira, assim como os honorários pagos aos que fazem essas auditorias, que devem estar baseados no valor que os *shareholders* retiram dessa mesma informação. A tecnologia vai ter um papel muito importante para reduzir os custos das auditorias (IAASB, 2008; GRI, 2013a).

Oprisor (2015) identifica como problemas para a auditoria do relatório integrado a dificuldade em obter um nível alto/razoável de garantia no caso dos relatórios integrados, por causa da falta de regulação para a realização de auditorias deste tipo de documentos e informação, a falta de informação sobre as características específicas da empresa relativamente ao IR, e os indicadores principais para a informação não financeira. O estudo enfatiza o alto custo que teria uma auditoria (em dinheiro e tempo), e também os problemas em fornecer uma garantia de informação orientada para o futuro. Aponta algumas possíveis soluções para estes problemas, destacando-se entre elas a importância de uma maior colaboração entre o IIRC e as entidades reguladoras da atividade auditora, o que permitiria trazer coerência e eficiência aos métodos de auditoria que poderão ser adotados nos IR.

O último desafio é integrar os princípios da contabilidade e auditoria da informação financeira com a não financeira, a fim de fornecer uma visão justa e verdadeira da organização (PCAOB, 2008). Uma visão justa significa que a visão geral da organização fornecida no relatório integrado é mais que uma “coleção de números corretos”. Visto que o relatório integrado tem como objetivo dar aos *shareholders* e outros *stakeholders* informações sobre a capacidade de a empresa criar valor ao longo do tempo, essa informação, por consequência, tem de ser justa e verdadeira, para que a mesma atinja a sustentabilidade no longo prazo.

Maroun (2017) refere que continua a existir uma insuficiente regulação de como devem ser prestadas as garantias do relatório integrado, como meio de comunicação com os *stakeholders*. O autor considera que, a solução para este problema, requer que seja

desenvolvida uma abordagem integrada das garantias, concluindo que, atualmente, se está longe de conseguir oferecer um nível elevado de garantias e que, com o aumento do uso do IR, torna premente essa abordagem integrada.

1.5 Relatório integrado e a performance

Neste capítulo ir-se-ão abordar os estudos encontrados que analisam a dimensão dos relatórios publicados e relacionam, de algum modo, a utilização do relatório integrado, e a sua dimensão, com a melhoria na informação proporcionada aos utilizadores para a tomada de decisão.

1.5.1 A dimensão do relatório integrado

Em 2015, Havlová publicou o estudo *“What integrated reporting changed: The case Study of early adopters”*, que partiu da identificação de um problema relevante: nas últimas décadas existe uma pressão acrescida no relato empresarial, o que por sua vez, levou ao aumento do número de relatórios. Essa pressão gerada, dificultou a capacidade de os utilizadores dessa informação se orientarem entre os relatórios e conseguirem selecionar a informação mais relevante.

Uma solução encontrada para esse problema, na opinião da autora, foi o relatório integrado. O estudo focou-se nas empresas que entraram no programa piloto do IIRC e investiga como é que as práticas do relato empresarial mudaram desde a adoção do IR. Foi examinado o número de relatórios publicados, a sua forma e o uso das tecnologias da informação, entre 2010 e 2014. A amostra analisada foi de 48 empresas de uma população de 76, pertencente a diferentes países. Três conclusões relevam deste estudo: (1) tendo em conta o número de relatórios publicados, com a adoção do IR, diminuiu o número dos relatórios publicados; (2) as organizações que adotam o IR usam mais as tecnologias de informação; (3) o uso das tecnologias de informação permitiu que os relatórios se tornassem mais fáceis de analisar e mais interativos para o utilizador, e o volume de páginas dos IR diminuiu (Havlová, 2015).

Outro estudo onde se analisa a dimensão do IR foi o realizado pela Ernst & Young (2016). Desde 2010, todas as empresas cotadas na Johannesburg Stock Exchange (África do Sul) estão obrigadas a apresentar o relatório integrado; a EY tem vindo, anualmente,

a analisar os relatórios integrados do top 100 dessas empresas e também do top 10 das empresas públicas, premiando os melhores relatórios de modo a encorajar a excelência dos relatórios integrados nesse país. Do estudo realizado em 2016, destacam-se os seguintes resultados: (1) das empresas que elaboram o relatório integrado, 71% afirmaram que o seu foco principal não era os investidores; (2) a concisão do relatório integrado significa que contém o conteúdo suficiente e relevante, que desta forma permite não ficar sobrecarregado com assuntos de menor importância.

A partir dos relatórios analisados, foi identificada uma relação entre o tamanho do relatório e a sua concisão, sendo esta entendida como um elemento da sua qualidade (Ernst & Young, 2016). Dos relatórios estudados, 57% das empresas apresentaram um relatório inferior a 139 páginas, 30% entre 140 e 199 páginas e 13% superior a 200 páginas.

Neste sentido, concluiu que a qualidade do IR na África do Sul aumentou em relação ao ano precedente, mas existe ainda um número elevado de organizações que precisam de melhorar certos aspectos no seu relatório. Contudo, afirmou que relatório integrado, ao dispor de um número de páginas mais reduzido, exige maior concisão e torna-se mais fácil para os utilizadores analisarem a informação.

Melloni et al. (2017) analisaram as empresas que entraram no programa piloto do IIRC e concluíram que, quando uma empresa apresenta uma fraca *performance* financeira, o relatório integrado tende a ser mais longo (maior número de páginas), menos fiável (menos conciso) e mais otimista (a informação positiva e negativa muito desequilibrada). Adicionalmente, as empresas com uma pior *performance* social publicam relatórios mais confusos (ou seja, menos concisos) e com menos informação sobre a sustentabilidade (ou seja, menos completos).

Os autores salientam que o relatório integrado é visto como a última tentativa de ligar a informação financeira e de sustentabilidade das organizações e que o mesmo deve comunicar como é que a estratégia, a governação, a *performance* e as prospetivas da organização, em um ambiente externo, levam à criação de valor sustentável. Para o efeito, o IR tem de conter informação equilibrada (aspectos negativos e positivos) e completa (Melloni et al., 2017).

1.5.2 O relatório integrado e o aumento da qualidade da informação

A consultora Black Sun (2014), em parceria com o IIRC, realizou um estudo com o objetivo de encontrar evidências do aumento da qualidade da informação com o uso do relatório integrado. Suportou-se na realização de um questionário, contendo diversas 23 perguntas, dirigido a todas as organizações que participaram no programa piloto do IIRC. Decorreu no período compreendido entre abril e agosto de 2014 e responderam 66 organizações.

Das organizações inquiridas, verificou-se que 60% já tinha publicado pelo menos um IR e as restantes 40% estavam em diferentes fases da sua implementação. Das respostas ao questionário extraíram-se algumas conclusões que aqui releva salientar: (1) 68% das organizações que tomaram a iniciativa de elaborar o IR, fizeram-no porque viram no mesmo um veículo para a melhoria da qualidade da informação dos seus relatórios; (2) para as empresas que até à data do estudo já tinham publicado IR, 87% dessas organizações viram benefícios significativos na qualidade da informação dos seus relatórios; (3) todas as entidades cotadas inquiridas concordaram que verificaram um aumento da qualidade da informação; (4) a grande maioria das entidades inquiridas (74%.) afirmou que, a *performance* da informação usada para a gestão tomar decisões, melhorou com o uso do IR. Em suma, a qualidade da informação prestada nos relatórios melhorou bastante e a gestão conseguiu ter uma melhor tomada de decisão graças à qualidade da informação presente no relatório (Black Sun, 2014).

Pavlopoulos et al. (2017) analisaram uma amostra constituída por 82 empresas internacionais, no período entre 2011 e 2015, e concluíram existir uma relação positiva/benefício entre a qualidade da publicação do IR e as técnicas usadas pela gestão. Observam ainda que, quanto maior o número de membros da gestão que sejam independentes e não executivos, maior a qualidade das publicações e, a qualidade da informação do IR diminui os custos de agência.

2 Parte II – Investigação empírica

2.1 Metodologia de investigação

Hoje em dia, o mundo dos negócios vê-se confrontado com novos desafios, desde a incerteza económica, às mudanças climáticas, baixo nível de regeneração de recursos escassos e a pobreza (Figge & Hahn, 2013). Tendo em consideração as palavras dos autores, todas as empresas têm de enfrentar mudanças a vários níveis. Neste caso as empresas têm de levar a cabo mudanças ao nível da elaboração dos seus relatórios e suas práticas, com o objetivo de fornecer aos *stakeholders* uma melhor perspetiva global das suas atividades, em termos de aspetos sociais, ambientais e *governance* do negócio.

Reverte (2015) explica a necessidade de mais informação para os *stakeholders*. O autor afirma que o presente aumento da procura de informação não financeira nos relatórios é devido às diferentes necessidades dos diferentes *stakeholders* e por consequência requer abordagens diferentes em relação aos relatórios, tornando-se imperativo usar um relatório que satisfaça essas mesmas necessidades - o relatório integrado.

O relatório integrado foi criado com uma solução aos problemas que os antigos relatórios continham. Sobre este assunto vários autores estudaram os efeitos e consequências de adotar este novo relatório, mas sobre o tema específico aqui abordado destaca-se o trabalho de Havlová (2015), que motivou o interesse do mestrando em investigar qual seria o efeito do relatório integrado como fator impulsionador do aumento da *performance* na informação empresarial, visto ser o único existente à data da apresentação da proposta deste trabalho.

Um dos principais objetivos desta pesquisa é compreender se as empresas que adotaram este relatório viram o seu volume de informação diminuído, devido ao facto de este relatório permitir selecionar a informação mais relevante e evitar informação repetida, com base no princípio da materialidade. Este aumento da *performance* seria observado com a diminuição do volume de páginas do relatório integrado em relação aos antigos.

O relatório integrado pode ser visto como o melhor de dois mundos, o relatório financeiro e relatório de sustentabilidade, fornecendo uma conexão e interligação entre a informação financeira e não financeira, de modo a criar um relatório fluído e com a informação mais relevante para as necessidades dos seus *stakeholders*.

Outros objetivos desta investigação são: analisar a posição que o relatório integrado tem nesta amostra e a sua tendência; reconhecer que o relatório integrado influencia e interage com as práticas de elaboração dos relatórios; aspetos positivos e negativos do relatório; aumento da qualidade da informação; analisar a presença do relatório por país, setor, volume de negócios e número de trabalhadores e qual o ano em que o relatório se tornou mais expressivo e porque motivos.

Na sequência de vários estudos sobre o relatório integrado, onde a grande maioria foi realizada por Eccles e Krzus, esta investigação surge também com o objetivo de apoiar ou refutar as conclusões do trabalho de Eccles e Armbrester (2011) em que afirmaram: “O relatório integrado contribui para alcançar níveis mais altos de performance, e, simultaneamente, representa o progresso da empresa por utilizar as práticas respeitantes ao relatório integrado”.

Em suma, a investigação pretende responder à questão de investigação que está presente no título deste trabalho:

“O relatório integrado aumenta a *performance* na informação empresarial?”.

A presente investigação tem um carácter inovador na sua natureza, visto que ainda não existe nenhuma pesquisa sobre o relatório integrado com âmbito europeu, dirigido às empresas cotadas no EURONEXT 100, com vista a analisar a relação entre o tamanho dos IR e dos relatórios tradicionais. Realiza-se uma investigação empírica, recorrendo ao método de arquivo (Ryan et al., 2002), sendo a base de dados das observações coligida pelo autor deste trabalho.

Pretende-se responder à questão colocada anteriormente e que, com base na literatura analisada (Havlová, 2015; EY, 2016; Melloni et al., 2017), se pode traduzir na formulação das seguintes hipóteses:

H1: se o volume médio de páginas diminuir do IR em relação aos relatórios tradicionais, verifica-se um aumento da *performance* na informação financeira.

H2: se o volume médio de páginas aumentar do IR em relação aos relatórios tradicionais, verifica-se o contrário.

Para a análise estatística utilizaram-se as funções do Excel.

2.2 População e amostra

A pesquisa baseia-se nas empresas que compõem a EURONEXT 100, durante um período de quatro anos, onde é analisada a informação sobre os relatórios financeiros, relatórios de sustentabilidade e os relatórios integrados. Analisam-se as características das empresas que usaram o relatório integrado e as semelhanças / diferenças quantitativas entre os seus relatórios.

Foram recolhidos os relatórios publicados na base de dados *GRI Sustainability Database* relativamente aos relatórios de sustentabilidade e integrados, e na base de dados *Annual Reports Database* para a obtenção do relatório financeiro anual, para as 100 empresas que integram o EURONEXT 100, durante o período de 2013 a 2016.

A *GRI Sustainability Disclosure Database* é uma base de dados gratuita e livre que permite a todos os seus utilizadores acederem à informação relativa aos relatórios de sustentabilidade e integrados, podendo usar-se vários filtros, por exemplo, país, dimensão da empresa, setor, região, tipo de relatório e ano. Após efetuar cada pesquisa a base de dados fornece informação sobre quais são os princípios em que cada relatório se baseou para a sua elaboração (IR, GRI G4, GRI G3).

A *Annual Reports Database* é uma base de dados gratuita e livre como a anterior, mas esta última disponibiliza informação de carácter financeiro, como o relatório financeiro e por sua vez todos outros documentos e anexos que a empresa facultou nesse ano.

A fim de quantificar a informação foi registado o número de páginas de cada tipo de relatório para os diferentes anos, de forma a compreender a tendência no volume de informação publicada nos novos relatórios em comparação com os relatórios tradicionais.

Foram ainda consideradas quatro variáveis com o intuito de ver como essas se relacionam com a adoção do relatório integrado. As novas variáveis consideradas foram o volume de negócios, setor, país e número de trabalhadores. Para contabilizar estas variáveis foi utilizada a informação disponibilizada por cada empresa na sua página *web*.

A amostra utilizada foi igual à população, neste caso foram as 100 empresas pertencentes à Euronext 100. O número de observações que serviu para a análise corresponde aos três tipos de relatórios identificados nestas empresas, no período em análise.

2.3 Análise descritiva da amostra

Ao recolher os dados, verificou-se haver empresas que deixaram de estar cotadas na Euronext 100 que foram retiradas, e optou-se por analisar as empresas que estavam presentes no Euronext 100 nesta data 30 de setembro de 2017. Foram analisados 388 relatórios financeiros de 100 empresas durante quatro anos, tendo havido empresas que deixar de elaborar o relatório financeiro e outras que surgiram no período desta investigação. Foram encontrados 51 relatórios de sustentabilidade e 33 relatórios integrados. Dando um total de relatórios analisados de 472. Os relatórios de 2016, a maioria apenas foi publicadaa meio do ano de 2017. A tabela 2.1. mostra o número de relatórios analisados por ano.

Tabela 2.1. Relatórios publicados por ano.

Período analisado	2013	2014	2015	2016	Total
Relatórios publicados	111	112	122	127	472

Fonte: Elaboração própria.

O número de relatórios de sustentabilidade (51) é baixo porque a maioria das empresas apresentava o relatório financeiro e de sustentabilidade em um só documento, em vez de os separar. Das 100 empresas, 62 apresentavam o relatório financeiro e o relatório de sustentabilidade em um só documento, apenas 15 faziam-no separadamente, de acordo com a figura 2.1. Na análise dos relatórios de sustentabilidade em conjunto e separadamente, apareceu um número de 23 empresas que neste período não apresentaram relatório de sustentabilidade. Dentro destas 23 empresas algumas tentaram apresentar o relatório de sustentabilidade, mas não era reconhecido pela GRI pelo facto de não cumprir os requisitos básicos de um relatório de sustentabilidade segundo as suas *guidelines*.

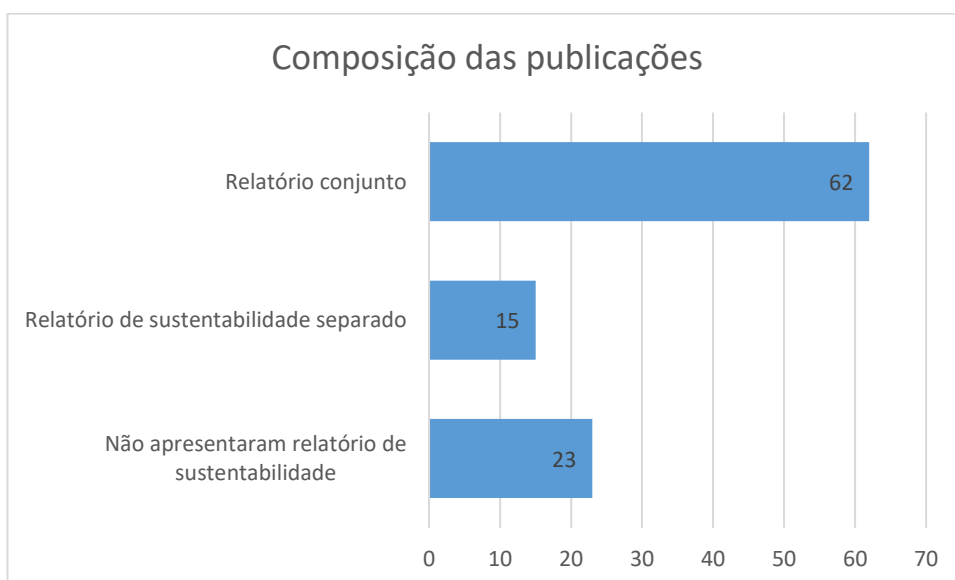


Figura 2.1. Composição dos relatórios publicados.

Fonte: Elaboração própria.

Da amostra de 100 empresas apenas 19 empresas apresentaram relatório integrado. E destas 19, quatro delas deixaram de publicar definitivamente os relatórios financeiros e de sustentabilidade para passar a publicar exclusivamente o relatório integrado (veja-se a figura 2.2), como é o caso da Solvay, L’Oreal, KPN e DSM.

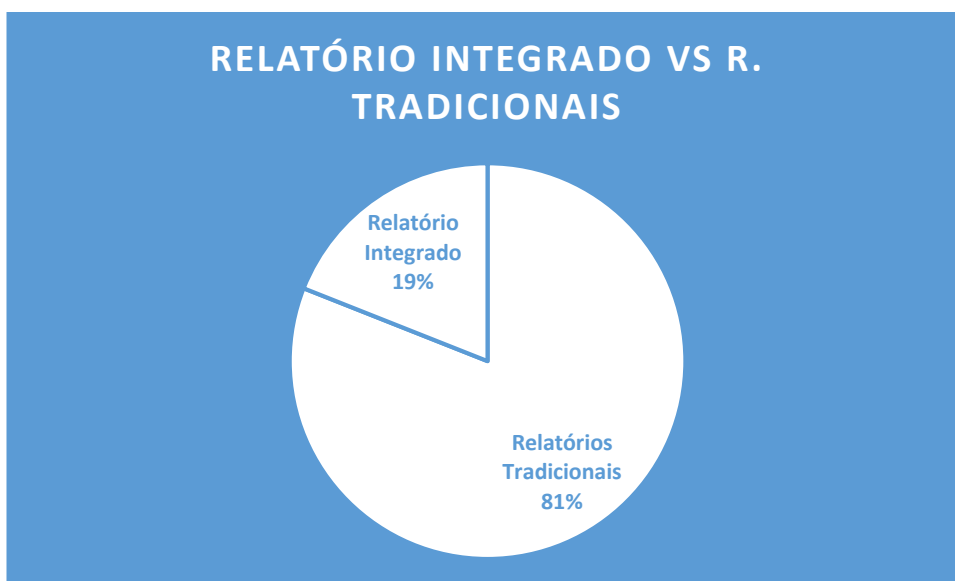


Figura 2.2. Tipos de relatórios publicados.

Fonte: Elaboração própria.

Das 19 empresas que publicaram relatório integrado, duas delas deixaram de publicar relatórios de sustentabilidade, depois de começarem a publicar o IR, porque os aspetos e princípios de sustentabilidade estavam presentes nos seus relatórios integrados; as restantes 17 empresas continuaram a publicar os dois relatórios. Essas duas empresas são a KPN e DSM, e ambas antes de adotarem o relatório integrado já apresentavam os relatórios de sustentabilidade. A GRI no seu estudo de 2013, concluiu que as empresas que já apresentavam o relatório de sustentabilidade eram mais propícias a começar a elaborar um relatório integrado do que uma empresa que nunca tenha apresentado um relatório de sustentabilidade (GRI, 2013c).

As empresas incluídas no Euronext 100 à data da recolha da informação eram da França, Holanda, Bélgica e Portugal, de acordo com a figura 2.3. Ao observar este gráfico é perceptível que França tem o maior número de empresas, o que se justifica pelo facto de ser o maior país em termos de população e PIB, o que fará com as empresas francesas tenham um peso muito grande nesta investigação. Seguindo o critério do PIB e da população, segue-se a Holanda, a Bélgica e finalmente, Portugal.

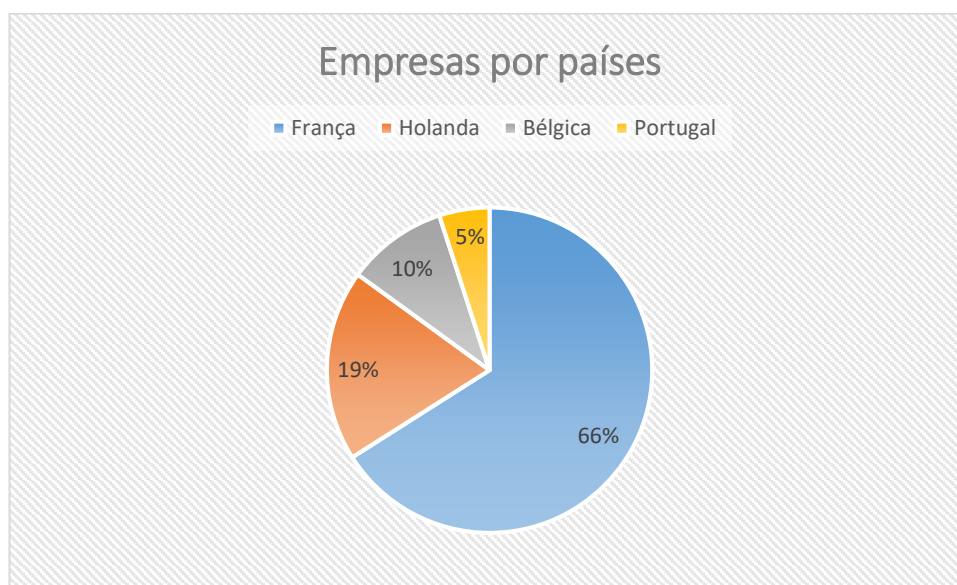


Figura 2.3. Distribuição das empresas por países.

Fonte: Elaboração própria.

Os dez maiores setores representados são: serviços financeiros, tecnologia, retalho, imobiliário, telecomunicações, químicos, saúde, automóvel, energia e aeroespacial, como pode ser observado na figura 2.4.



Figura 2.4. Distribuição das empresas por setores.

Fonte: Elaboração própria.

Torna-se pertinente analisar em qual destes setores, há mais empresas a elaborar relatórios integrados. Da análise da figura 2.5 (“Sim” corresponde às empresas que publicam IR, e “Não” o contrário), destacam-se os setores da energia, serviços financeiros, químicos e tecnologia, com mais relatórios integrados.



Figura 2.5. Distribuição, por setores, das empresas com relatório integrado.

Fonte: Elaboração própria.

Portugal é único país nesta amostra que não tem empresas que publicaram relatório integrado. França tem 14 empresas, Holanda tem quatro e a Bélgica tem uma, como se evidencia na figura 2.6 (“Sim” corresponde às empresas que publicam IR, e o “Não” o contrário).

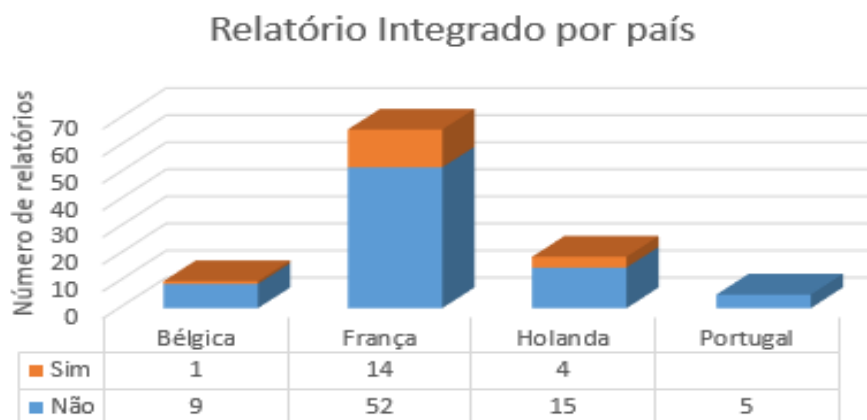


Figura 2.6. Distribuição, por país, das empresas com relatório integrado.

Fonte: Elaboração própria.

2.4 Resultados e discussão

Da análise dos resultados sobre a evolução conclui-se que, desde 2013 a 2016, consegue-se observar um aumento da publicação de relatórios integrados, mas é entre 2015 a 2016 que esse aumento é mais significativo. Justifica-se esta situação pelo facto da GRI ter emitido os princípios G4, os quais incluíam as características do relatório integrado, como a criação de valor ao longo do tempo, como um dos quatro princípios fundamentais da organização, ainda que não obrigatório. Este facto fomentou uma maior disseminação do conceito de relatório integrado, e por sua vez, fez com que mais organizações começassem a publicar os seus relatórios em formato IR. Mas de acordo com as notícias mais recentes, a GRI vai tornar obrigatório este princípio a partir do dia 1 julho de 2018 (GRI, 2017), pelo que pode-se antever, como consequência desta decisão, um aumento significativo do uso dos relatórios integrados nos próximos anos.

Na figura 2.7 observa-se a evolução da adoção dos relatórios integrados, ao longo dos quatro anos, sendo possível constatar que, a partir do ano de 2014, a taxa de adoção aumentou significativamente, e até essa data encontrava-se estagnada.

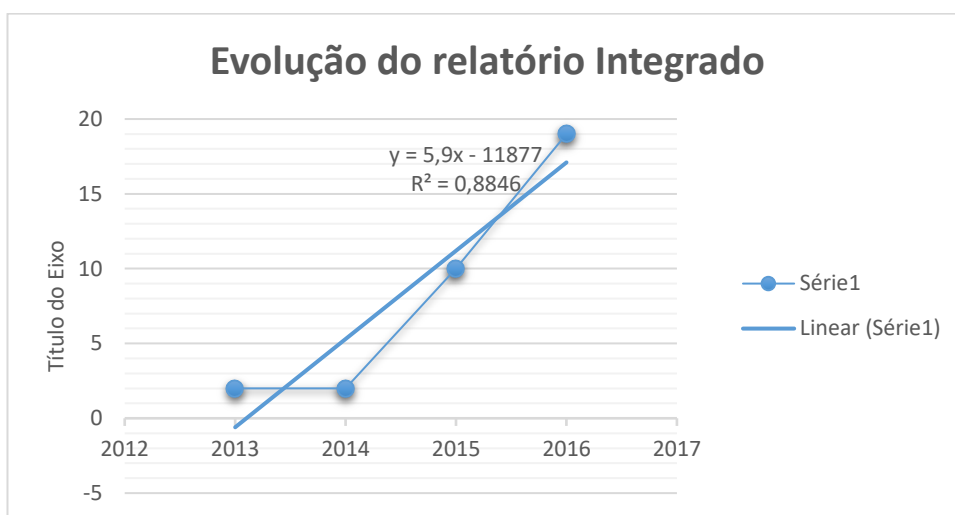


Figura 2.7. Evolução do relatório integrado ao longo de 2013 a 2016.

Fonte: Elaboração própria.

Da análise da figura 2.8, relativa aos resultados do volume de negócios médio, conclui-se que as empresas que publicam relatórios integrados apresentam valores superiores comparativamente às que não publicam. Pode-se entender que as empresas que têm um maior volume de negócios estão mais predispostas a utilizar técnicas mais inovadoras de forma a transmitir informação mais relevante aos *stakeholders*. Por outro lado, constata-se que empresas com maior volume de negócios terão um maior nível de burocracia e de complexidade informativa, logo o relatório integrado oferece-lhes a solução ideal para este problema, a partir do princípio da materialidade.

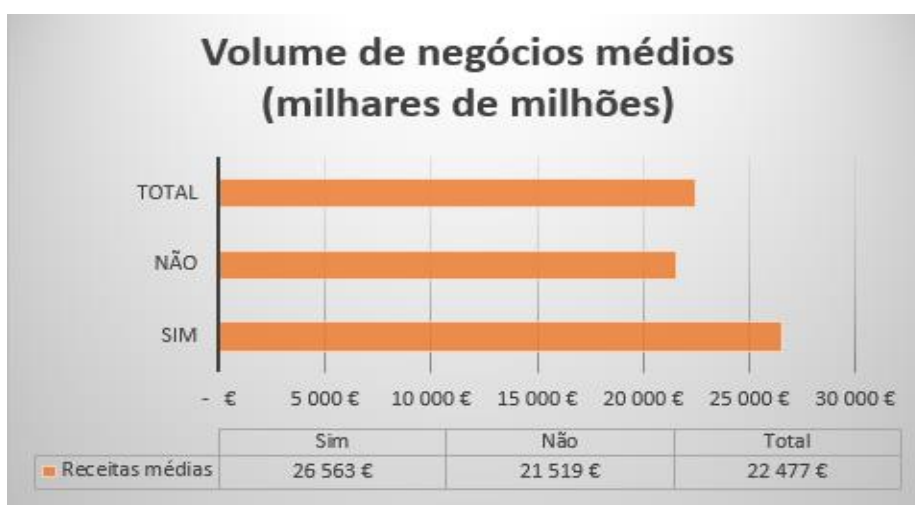


Figura 2.8. Relação entre o volume de negócios e relatório integrado no período de 2013 a 2016.

Fonte: Elaboração própria.

A análise do número médio de trabalhadores mostra que as empresas que publicam o relatório integrado têm um número superior às que não publicam, sendo o primeiro de 90.883 e o segundo de 74.397. Na opinião do mestrando, estes resultados devem-se, em parte, à dimensão e, por conseguinte, complexidade destas empresas, daí elas sentirem necessidade de procurar outros processos/metodologias/técnicas para agilizar e facilitar a quantidade de informação produzida em cada empresa. Enquanto as outras, devido à sua menor dimensão, não sentiram a urgência para inovar as suas práticas.

A publicação de relatórios integrados por setor teve um resultado inesperado, visto que era previsível que o setor que tivesse mais publicações fosse o setor financeiro, tendo em conta que é o setor com mais empresas, o que não ocorreu. Destacou-se sim o setor da energia, em que quatro das cinco empresas que integram o Euronext 100 apresentaram o relatório. Por outro lado, das 13 empresas do setor financeiro apenas três apresentaram o relatório. Este resultado é peculiar, mas como já foi observado na literatura referida na parte I, organizações que publiquem o relatório de sustentabilidade são mais suscetíveis de começarem a publicar o relatório integrado. Os dados mostram que das cinco empresas do setor da energia todas elas já apresentavam relatório de sustentabilidade. Ao contrário do setor financeiro que apenas 69% o apresentaram.

A figura 2.9 mostra a relação entre o volume de páginas dos relatórios tradicionais e os relatórios integrados. As linhas representam o número de páginas do relatório integrado e o “preenchimento no fundo” designado por “área” representa o volume de páginas do relatório tradicional. Através da análise da figura, observa-se que o volume de páginas do relatório integrado é claramente inferior ao volume de páginas do relatório tradicional, composto pelos relatórios financeiro e de sustentabilidade

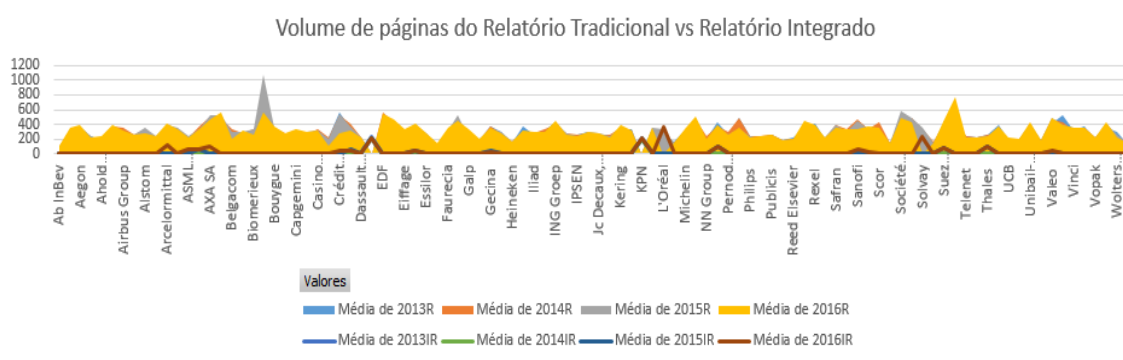


Figura 2.9. Volume de páginas dos relatórios tradicionais e integrados.

Fonte: Elaboração própria.

A figura 2.10 mostra de forma inequívoca que, quando as empresas optam por elaborar o relatório integrado, o volume de páginas é inferior ao tradicional. Este resultado é similar aos obtidos por Havlová (2015) e EY (2016).

Como se pode observar existem duas empresas que deixaram de publicar o relatório tradicional, a DSM e a KPN, para apenas publicarem o relatório integrado. Das empresas que publicaram os dois relatórios, na maioria das situações a dimensão do relatório integrado foi inferior à do tradicional. A figura mostra a relação entre a dimensão dos dois relatórios para esses casos.

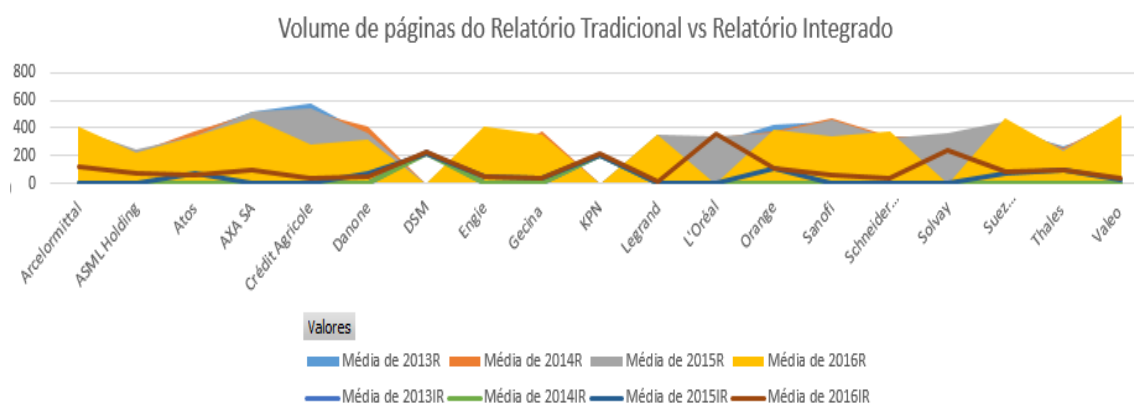


Figura 2.10. Volume de páginas dos relatórios tradicionais e integrados para as empresas que publicaram IR.

Fonte: Elaboração própria.

Para finalizar, a tabela 2.2 mostra em quantas páginas o relatório tradicional foi superior ao relatório integrado. Como se pode verificar não houve uma única situação nesta amostra em que o relatório integrado tenha mais páginas que o relatório tradicional. Os espaços em branco na tabela, significam que as empresas deixaram de publicar o relatório tradicional, não permitindo a comparação.

Em 2015 e 2016, a média de páginas dos relatórios tradicionais foi de 312 e 305, respetivamente. Enquanto no mesmo período para o relatório tradicional essa média foi de 87 e 106, respetivamente. Este resultado encontra algum paralelismo com os resultados obtidos pela EY no estudo realizado com as empresas cotadas sul-africanas, em que a maioria dos relatórios apresentava menos de 139 páginas, sendo no caso europeu ainda mais reduzido o volume do relatório integrado.

Infelizmente o número de relatórios integrados é de apenas 19, o que representa um quinto da amostra, mas é previsível que este número aumente rapidamente no futuro.

Tabela 2.2. Diferença entre o volume de páginas do relatório tradicional e o relatório integrado, das empresas que publicaram IR, em 2015 e 2016.

Empresas	2015	2016
Arcelormittal	392	286
ASML Holding	240	154
Atos	268	272
AXA SA	520	370
Crédit Agricole	544	237
Danone	296	271
DSM		
Engie	336	356
Gecina	304	313
KPN		
L'Oréal	344	
Legrand	348	333
Orange	254	287
Sanofi	459	275
Schneider Electric	332	340
Solvay	364	
Suez Environnement	370	382
Thales	152	136
Valeo	460	457

Fonte: Elaboração própria.

As empresas que apresentam o relatório integrado normalmente são aquelas que apresentam, em média, o maior volume de negócios e número de trabalhadores, isto pode ser explicado devido às dimensões e complexidades das empresas, que se veem obrigadas a inovar as suas práticas.

Verifica-se ainda que uma empresa que publica um relatório integrado, este é em média três vezes inferior ao relatório tradicional, em tamanho.

Dos resultados explicitados, conclui-se então que se confirma a diminuição do volume médio de páginas do IR em relação aos relatórios tradicionais, o que corresponde

a um aumento da *performance* na informação financeira, segundo a literatura analisada, o que leva à aceitação da H1 e rejeição da H2.

Em trabalho recente, Melloni et al. (2017) concluiu que uma fraca *performance* surge associada a mais páginas no relatório integrado. Ainda que aqui não foram analisados em termos comparativos os vários IR, mas constatou-se uma média de páginas baixa.

Como se pode explicar este efeito? A partir dos princípios do relatório integrado - foco na estratégia e orientação futura; conectividade da informação; relacionamento com os *stakeholders*; materialidade; concisão; confiabilidade e completo; consistência e comparabilidade. Sendo que neste caso para explicar a redução significativa do número de páginas o que mais contribui, na opinião do mestrando é a materialidade e a concisão.

O princípio da materialidade define que os assuntos abordados no relatório têm de afetar a criação de valor no curto, médio e longo prazos, caso contrário, não são considerados relevantes e por sua vez não devem estar presentes no relatório. Isto permite que apenas a informação mais importante esteja presente e por consequência, produz-se um relatório sucinto e reduzido. O princípio da concisão tem um papel fundamental para evitar repetições de assuntos menos relevantes. Se se considerar que a *performance* no uso da informação empresarial tem relação inversa com o tamanho dos relatórios, os resultados obtidos permitem concluir afirmativamente sobre essa relação.

CONCLUSÃO

O objetivo principal deste trabalho foi contribuir para o conhecimento sobre o tema do relatório integrado e, e que medida, este novo modelo de relato contribui para uma maior eficiência na informação financeira prestada.

O relatório integrado surgiu com o objetivo de ser o novo modelo de relato empresarial, tendo como propósito mostrar aos *stakeholders* como é que a empresa cria valor com os recursos que tem à sua disposição. Em contraste, os relatórios tradicionais avaliam a *performance* a partir de indicadores financeiros, como é o caso da rentabilidade.

O relatório integrado não tem por objetivo anexar um valor monetário a todos os aspetos operacionais da organização. O relatório está fundamentalmente direcionado à criação de valor e usa indicadores de *performance* qualitativos e quantitativos, de modo a permitir aos *stakeholders* analisar de que forma a empresa está a criar valor. As melhor práticas no IR, requerem que a organização transmita a informação positiva e negativa. Isto garante que a *performance* da organização é totalmente comunicada e não apenas os aspetos favoráveis.

Flower (2014) descreveu o IIRC como “uma história de fracasso”, que “abandonou a contabilidade de sustentabilidade”. O mestrando corrobora com a opinião do autor pois como se verificou pela abordagem sobre o IR realizada na parte I deste trabalho, são poucas as vezes que o conceito de sustentabilidade aparece. Com isto não quer dizer que o IIRC não faça referência ao assunto, mas opta por dar mais ênfase aos conceitos de criação de valor e modelos de capitais, deixando pouco espaço para a sustentabilidade.

Na opinião do mestrando, ainda é muito cedo para dizer que o relatório integrado é um projeto falhado, como Flower afirmou no seu artigo. Da abordagem dos estudos realizados até ao momento sobre o relatório integrado, é perceptível que nada fica igual por muito tempo. O relatório integrado tem problemas, alguns deles enumerados ao longo do trabalho. Mas pode-se notar que, com o passar do tempo e com pressões externas e internas, esses problemas podem vir a ser resolvidos. Como ocorreu com os Códigos King que tiveram três grandes reformulações. O IR também já teve muitas correções e terá, certamente, muitas mais no futuro. Uma dessas correções espera-se que seja o modelo dos capitais, porque é de extrema importância ter-se o conhecimento necessário dos diferentes fluxos de capitais e estes têm medidas de cálculo muito diferentes entre si.

Em relação aos objetivos inicialmente estabelecidos na proposta de trabalho, considera-se terem sido praticamente cumpridos. Há, contudo, algumas limitações às conclusões que se podem extrair da análise, especialmente a relação entre a *performance* na informação empresarial e o relatório integrado. A análise dos dados através da contabilização das páginas de cada relatório permite analisar a *performance* ao nível do volume de informação transmitida pela organização aos *stakeholders*, onde foi possível concluir que o volume de informação é três vezes inferior ao dos relatórios tradicionais. Porém, não é possível garantir que os conteúdos dos relatórios integrados, analisados nesta pesquisa, satisfazem as necessidades dos *stakeholders* e têm mais qualidade que os relatórios tradicionais. O estudo não permite assim concluir se o relatório integrado contribui também para o aumento da *performance* no que concerne ao conteúdo, mas sim quanto ao volume de informação e, por conseguinte, à sua concisão.

Outra limitação do trabalho empírico, prende-se com a representatividade das observações do relatório integrado: apenas representam quatro países em estudo, o que não permite extrair conclusões pertinentes no âmbito europeu.

Uma última limitação, ou mais bem dificuldade, decorre da revisão de literatura, onde o excesso de conceitos, princípios e formulações teóricas sobre o tema, tornou árdua a tarefa de seleção do que se devia incluir no trabalho, a fim de evitar o excesso de informação.

O desenvolvimento e introdução do relatório integrado apresenta várias oportunidades de pesquisas, usando uma variedade de métodos de investigação. Uma das forças motoras por detrás do IR é a notória inadequação da informação financeira em informar o valor de mercado do potencial da organização. Uma possível pesquisa seria examinar se e até que ponto o IR afeta o valor de mercado da organização. E será que a adoção do IR leva à atração de investidores de longo prazo?

Outra investigação relevante seria analisar como é que as organizações estão a ligar as suas atividades de negócio principais com os aspetos ambientais, sociais e de *governance*. E existem empresas a conseguir entender o seu impacte nos seis tipos de capitais? A implementação do IR resulta em pensamento integrado?

Em Portugal, importa analisar o impacte do novo decreto-lei⁶ e a adoção ou não por parte das empresas portuguesas do relatório integrado.

Por fim, seria relevante realizar outros estudos que mostrem a relação entre a dimensão dos relatórios (e a sua concisão) e a qualidade da informação presente nos relatórios, com uma análise de conteúdo dos mesmos.

Finaliza-se com a citação do filósofo e padre Guilherme de Occam:

“As entidades não devem ser multiplicadas além do necessário, a natureza é por si económica e não se multiplica em vão”.

Assim, porque é que se deve continuar a produzir relatórios diferentes e separados, onde em muitos casos não há uma ligação perceptível entre eles, em vez de fazer apenas um relatório com toda a informação, ou seja, o relatório integrado? Nem a natureza se multiplica em vão porque é que as empresas devem perder tempo e recursos a fazer relatórios que não satisfazem todas as necessidades dos seus leitores?

⁶ Decreto-lei n.º 89/2007, de 28 julho, que obriga à elaboração da demonstração não financeira (inclui questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores) para as entidades de interesse público e que tenham em média mais de 500 trabalhadores, a partir de 1 de janeiro de 2017.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Adams, C. A. (2015). The International Integrated Reporting Council: A call to action. *Critical Perspectives on Accounting*, 27, 23–28.

Black Sun (2014). Realizing the benefits: The impact of Integrated Reporting. Disponível em: http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2014/09/IIRC.Black_Sun_Research.IR_Impact.Single.pages.18.9.14.pdf, acessado em 22/07/2017.

Chaidali, P., & Jones, J. M. (2017). It's a matter of trust: Exploring the perceptions of Integrated Reporting preparers. *Critical Perspectives on Accounting*, 48, 1-20.

Climate Disclosure Standards Board (CDSB) (2010). Climate change reporting framework. Edition 1.0. Disponível em: <https://www.cdsb.net/climate-change-reporting-framework/updates-framework>, acessado em 10/07/2017.

Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex%3A32013L0034>, acessado em 31-10-2017.

Eccles, G. R., & Armbrester, K. (2011). Two disruptive ideas combined - Integrated Reporting in the Cloud. *IESE Insight Review*, 8, 13-20.

Eccles, R. G., & Krzus, M. P. (2015). *The Integrated Reporting Movement: meaning, momentum, motives and materiality*. New Jersey: John Wiley & Sons.

Eccles, R. G., & Krzus, M. P. (2010). *One Report: Integrated Reporting for a Sustainable Strategy*. New Jersey: John Wiley & Sons.

Ernst & Young (2016). EY's Excellence in Integrated Reporting Awards 2016. Disponível em: [http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/ey-excellence-integrated-reporting-awards-2016/\\$FILE/ey-excellence-integrated-reporting-awards-2016.pdf](http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/ey-excellence-integrated-reporting-awards-2016/$FILE/ey-excellence-integrated-reporting-awards-2016.pdf), acessado em 22/07/2017.

Figge, F., & Hahn, T. (2013). Value drivers of corporate eco-efficiency: Management accounting information for the efficient use of environmental resources. *Management Accounting Research*, 24, 387-400.

Flower, J. (2014). The International Integrated Reporting Council: A story of failure. *Critical Perspectives on Accounting*, 27, 1–17.

GRI (2017). G4 Sustainability Reporting Guidelines. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/information/g4/Pages/default.aspx>, em 10/10/2017.

GRI (2015). About Sustainability Reporting. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/information/sustainability-reporting/Pages/default.aspx>, acessado em 10/10/2017.

GRI (2013a). Global reporting initiative and Governance. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/network/gri-and-governments/Pages/default.aspx>, acessado em 22/07/2017.

GRI (2013b). G4 Sustainability Reporting Guidelines - Reporting Principles and Standard Disclosures. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/GRIG4-Part1-Reporting-Principles-and-Standard-Disclosures.pdf>, acessado em 24/07/2017.

GRI (2013c). The sustainability content of integrated reports – a survey of pioneers. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/GRI-IR.pdf>, acessado em 23/07/2017.

GRI (2013d). The external assurance of sustainability reporting. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/GRI-Assurance.pdf>, acessado em 22/07/2017.

Herzig, C., & Schaltegger, S. (2006). Corporate sustainability reporting - An overview. In S. Schaltegger, M. Bennett, & R. Burritt (Eds.), *Sustainability accounting and reporting* (pp. 301–324). Springer.

IASB (2010a). Conceptual Framework for Financial Reporting 2010. IFRS Foundation. Disponível em: <https://www.iasplus.com/en-gb/standards/other/framework>, acessado em 22/07/2017.

IASB (2010b). IFRS Practice Statement Management Commentary - A framework for presentation. IFRS Foundation. Disponível em: <https://integratedreporting.org/news/ifrs->

practice-statement-ifrs-practice-statement-management-commentary-a-framework-for-presentation/, acessado em 22/07/2017.

IFRS (2010). IASB issues practice statement on management commentary. Disponível em: <https://www.iasplus.com/en/publications/global/ifrs-in-focus/2010/management-commentary>

IIRC (2017a). The IIRC|Integrated Reporting. Disponível em: <http://integratedreporting.org/the-iirc-2/>, acessado em 05/07/2017.

IIRC (2017b). When? Advocate for global adoption | Integrated Reporting. Disponível em: <http://integratedreporting.org/when-advocate-for-global-adoption/>, acessado em 05/07/2017.

IIRC (2014). Strategy: The Breakthrough Phase 2014–17. Disponível em: <http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2015/02/IIRC-Strategy-Summary-2015.pdf>, acessado em 05/07/2017.

IIRC (2011a). IIRC Announces Selection of Global Companies to Lead Unique Integrated Reporting Pilot Programme. Disponível em: <http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2011/10/Pilot-programme-26boctober2011cmr.pdf>, acessado em 22/07/2017.

IIRC (2011b). Towards Integrated Reporting Communicating Value in the 21st Century. Disponível em: <http://www.rierc.org/banking/paper134.pdf>, acessado em 08/08/2017.

IIRC (2013a). The IIRC Pilot Programme Yearbook 2013 (Business and Investors explore the sustainability perspective of Integrated Reporting). Disponível em: http://www.theiirc.org/wp-content/uploads/2013/12/IIRC-PP-Yearbook-2013_PDF4_PAGES.pdf, acessado em 15/07/2017.

IIRC (2013b). The International <IR> Framework. The International Integrated Reporting Council. Disponível em: <http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2015/03/13-12-08-THE-INTERNATIONAL-IR-FRAMEWORK-2-1.pdf>, acessado em 08/07/2017.

Paternostro, S. (2013). The Connectivity of Information for the Integrated Reporting. In C. Busco, M. L. Frigo, A. Riccaboni, & P. Quattrone (Eds.), *Integrated Reporting Concepts and Cases that Redefine Corporate Accountability* (pp. 59–77). 10.1007/978-3-319-02168-3.

International Auditing and Assurance Standards Board (2008). International standard on auditing 620: Using the work of an auditor's expert. Disponível em: tinyurl.com/7fqgrto, acessado em 13/09/2017.

KPMG (2013). The KPMG Survey of Corporate Responsibility Reporting 2013: Executive Summary. KPMG International Cooperative. <https://www.kpmg.com/Global/en/IssuesAndInsights/ArticlesPublications/corporate-responsibility/Documents/corporate-responsibility-reporting-survey-2013-exec-summary.pdf>, acessado em 09/08/2017.

KPMG (2008). International Survey of Corporate Responsibility Reporting 2008. Amsterdam. Disponível em: http://www.csrwire.com/press_releases/13790-KPMG-International-Survey-of-Corporate-Responsibility-Reporting-2008, acessado em 10/07/2017.

Havlová, K. (2015). What Integrated Reporting Changed: The Case Study of Early Adopters. *Procedia Economics and Finance*, 34, pp. 231-237.

Maroun, W. (2017). Assuring the integrated report: Insights and recommendations from auditors and preparers. *The British Accounting Review*, 49, 329-346.

Melloni, G., Caglio, A., & Perego, P. (2017). Saying more with less? Disclosure conciseness, completeness and balance in Integrated Reports. *Journal of Accounting and Public Policy*, 36, 220-238.

Müller, S., & Stawinoga, M. (2015). Entwicklungslinien des Integrated Reportings [Lines of development of integrated reporting]. In C.-C. Freidank, S. Müller, & P. Velte (Erich Schmidt Verlag GmbH & Co. KG, Berlin 2015).

Oprisor, T. (2015). Auditing Integrated Reports: Are There Solutions to This Puzzle? *Procedia Economics and Finance*, 25, 87-95.

Pavlopoulos, A., Magnis, C., & Emmanuel, G. (2017). Integrated reporting: Is it the last piece of the accounting disclosure puzzle?. *Journal of Multinational Financial Management*, 41, 23-46.

Public Company Accounting Oversight Board (2008). AU secção 411: The meaning of present fairly in conformity with generally accepted accounting principles. Disponível em: <https://pcaobus.org/Standards/Auditing/pages/au411.aspx>, acessado em 08/07/2017.

Reverte, C. (2015). The Integrated Reporting Movement: Meaning, Momentum, Motives and Materiality. *Journal of Cleaner Production*, 86, 285-288.

Riisgaard, S. (2003). CEO statement. In *The Novozymes Report 2002*. Disponível em: http://www.zonebourse.com/NOVOZYMES-447531/pdf/8355/NOVOZYMES_Rapport-annuel.pdf, acessado em 08/07/2017.

Ryan, B., Scapens, R.W., & Theobald, M. (2002). *Research Method and Methodology in Finance and Accounting*, 2nd edition. London: Thomson.

SAICA (2015). Integrated Thinking: An exploratory survey. Disponível em: <https://integratedreporting.org/resource/saica-integrated-thinking-an-exploratory-survey/>, acessado em 08/07/2017.

SNC (2015). Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que altera e republica o Sistema de Normalização Contabilística.

Society of Investment Professionals in Germany (2010). KPIs para ESG: A guideline for the integration of ESG into financial analysis and corporate valuation. Version 3.0. Disponível em: tinyurl.com/6z2msgz, acessado em 08/07/2017.

Solstice (2005). Integrated reporting issues and implications for reporters. Solstice Sustainability Works Inc. Disponível em: <https://www.vancity.com/SharedContent/documents/IntegratedReporting.pdf>, acessado em 08/07/2017.

SustainAbility, UNEP & Standard & Poor's (2004). Risk & Opportunity Best Practice in Non-Financial Reporting. SustainAbility Ltd. Disponível em:

<http://www.unep.fr/shared/publications/pdf/WEBx0111xPA-RiskOpportunity04.pdf>,
acedido em 08/07/2017.

Solomon, J., & Maroun, W. (2012). Integrated reporting: the influence of King III on social, ethical and environmental reporting. Association of Chartered Certified Accountants (ACCA). Disponível em:
<http://www.accaglobal.com/content/dam/acca/global/PDF-technical/integrated-reporting/tech-tp-iirsa.pdf>,
acedido em 08/07/2017.

The Economist Intelligence Unit (2005). Reputation: Risk of Risks, White paper. 4th of series of reports from the Economist Intelligence Unit's Global Risk Briefing. Disponível em: http://graphics.eiu.com/files/ad_pdfs/eiu_CRO_RISK_WP2.pdf,
acedido em 03/09/2017.

Thomson, I. (2015). 'But does sustainability need capitalism or an integrated report' a commentary on 'The International Integrated Reporting Council: A story of failure' by Flower, J. *Critical Perspectives on Accounting*, 27, 18–22.

United Nations (1987). Report of the World Commission on Environment and Development 'Our Common Future'. Oxford: Oxford University Press. Disponível em: <http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>,
acedido em 20-07-2017.

Villiers, C., & Sharma, U. (2017). A critical reflection on the future of financial, intellectual capital, sustainability and integrated reporting. *Critical Perspectives on Accounting*, Forthcoming. doi/10.1016/j.cpa.2017.05.003

White, A. L. (2005). New Wine, New Bottles: The Rise of Non-Financial Reporting - A Business Brief by Business for Social Responsibility. Disponível em: http://www.businesswire.com/portal/binary/com.epicentric.contentmanagement.servlet.ContentDeliveryServlet/services/ir_and_pr/ir_resource_center/editorials/2005/BSR.pdf,
acedido em 03/09/2017.